



PANORAMA MACROECONÓMICO

IIIº Trimestre de 2021

Índice

▪ Sumário executivo	Pág. 1
▪ 1. Contexto Internacional	Pág. 1
▪ 2. Economia Real	Pág. 5
2.1. Sector Petrolífero	Pág. 6
2.1. Sector não-Petrolífero	Pág. 7
▪ 3. Finanças Públicas	Pág. 8
▪ 4. Inflação	Pág. 9
▪ 5. Mercado Monetário	Pág. 10
▪ 6. Sector Externo	Pág. 11
▪ 7. Mercado Cambial	Pág. 13
▪ 8. Mercado de Capitais	Pág. 14
▪ 9. Sector Bancário	Pág. 16
▪ 10. Indicadores Sociais	Pág. 17
▪ 11. Ambiente de Negócios	Pág. 18
▪ 12. Outras Economias Africanas	Pág. 19
▪ 13. Anexos	Pág. 21
▪ Outras Publicações	Pág. 23
▪ Contactos	Pág. 24



Siglas e Abreviaturas

- AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações
- BM MN - Base Monetária em Moeda Nacional
- BNA - Banco Nacional de Angola
- BT - Bilhetes de Tesouro
- CMC - Comissão de Mercados de Capitais
- CPM - Comité de Política Monetária
- EIU - *Economist Intelligence Unit*
- EUA - Estados Unidos da América
- FI - Fundos de Investimentos
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- IDE - Investimento Directo Estrangeiro
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPC - Índice de Preços no Consumidor
- IPCN - Índice de Preços no Consumidor Nacional
- IPI - Índice de Produção Industrial
- MN - Moeda Nacional
- OIC - Organismos de Investimento Colectivo
- OGE - Orçamento Geral do Estado
- OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OMA - Operações de Mercado Aberto
- OT - Obrigações do Tesouro
- OT-NR - Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis
- OT-TXC - Obrigações do Tesouro Indexadas à taxa de câmbio
- P.b. - pontos bases
- p.p. - pontos percentuais
- PIB - Produto Interno Bruto
- RIB's - Reservas Internacionais Brutas
- RIL's - Reservas Internacionais Líquidas
- ROA - Return On Assets
- ROE - Return On Equity
- SADC - *Southern Africa Development Community*
- SI - Sociedade de Investimento
- WEO - *World Economic Outlook*
- UP - Unidades de Participação



Sumário Executivo

- As grandes economias, ao longo do IIIº trimestre de 2021, mantiveram uma tendência positiva de recuperação económica, com destaque para os EUA, Zona Euro e a China que registaram taxas de crescimento acima dos 2%, ao mesmo tempo que começaram a debater-se com altos níveis de preços, com a EUA e Zona Euro, a registarem taxas de inflação acima da inflação *target* de 2%. Paralelamente, o FMI reviu em baixa as previsões de crescimento mundial para 2021 muito por conta dos riscos inflacionistas que se tem registado na generalidade das economias.
- A Nigéria registou uma taxa de crescimento de 4% no IIIº trimestre, facto que continua a alimentar as perspectivas de recuperação da economia da África Subsariana para o presente ano, que de acordo com as previsão do FMI, de Outubro último, poderão fixar-se em 3,7%, beneficiando-se da conjuntura económica internacional mais favorável às exportações das *commodities* e uma maior mobilidade das pessoas e das transferências de remessas da diáspora africana, num contexto em que a região continua a registar moderado nível de vacinação, muito por conta do fraco e desigual acesso às vacinas pelo que a generalidade dos países da região tem enfrentado.
- A economia angolana continua a dar sinais de recuperação, tendo no IIº trimestre de 2021 registado crescimento homólogo de 1,2%, o primeiro desempenho positivo em oito trimestre consecutivos.
- A produção petrolífera, referente ao IIIº trimestre de 2021, voltou a reduzir tendo se fixado em termos médios em 1,102 milhões de barris/dia, uma redução trimestral de 0,63%. Em termos homólogos, a produção corresponde a uma redução de 9,15%, tendo em consideração que a produção petrolífera fixou-se em 1,213 milhões barris/dia no IIIº trimestre de 2020, de acordo com dados obtidos junto das fontes secundárias da OPEP.
- Contudo, as receitas petrolíferas continuam a registar aumentos, muito por conta do aumento dos preços. As receitas fiscais petrolíferas atingiram 1 765,21 mil milhões de kwanzas no IIIº trimestre de 2021. O desempenho representa um aumento de trimestral de 33,64%, influenciado pela subida do preço médio em 7,81%, para 70,08 USD/barril.
- Paralelamente, no período em referência, as taxas de inflação mantiveram a tendência crescente, tendo crescido em termos mensais acima dos 2%, com a Classe Alimentação e Bebidas não Alcoólicas a apresentar maior variabilidade. Neste contexto, o BNA reviu em alta a perspectiva de fecho da inflação para 27%. Por seu turno, o BNA manteve a tendência restritiva da política monetária tendo elevado para 20% a Taxa BNA e a absorção da massa monetária em circulação na economia, com a base monetária em moeda nacional, a variável operacional da política monetária, ter recuado 10,65% em termos trimestrais.
- Neste período, a Balança Comercial registou um saldo de 5 718,03 milhões de dólares, um aumento homólogo de 90,77% e trimestral de 11,23%, sendo que as Reservas Internacionais Brutas fixaram-se em 16 385 milhões de dólares, um aumento trimestral de 8,52%, enquanto as Reservas Internacional Líquidas aumentaram 15,98%, para 9 589 milhões de dólares, numa altura em que a taxa de câmbio do kwanza face às principais contrapartes manteve a tendência de apreciação.
- A entrada de IDE para o sector não petrolífero fixou-se em 43,8 milhões de dólares no IIº trimestre de 2021. O montante quando comparado aos 168,9 milhões de dólares, do trimestre anterior, representa uma redução de 74,05%, reflexo, por um lado da redução do IDE pelo mundo ao longo do ano de 2020 e, por outro, pela manutenção de constrangimentos a nível do ambiente de negócio no País.



1. Contexto Internacional (1/2)

- A economia mundial poderá recuperar da contracção registada em 2020 ao registar uma taxa de crescimento de 5,9% em 2021.
- O aumento dos níveis de preços nas principais economias mundiais continua a ser o principal risco às perspectivas de recuperação da economia mundial.

A taxa de crescimento para 2021 poderá fixar-se em 5,9%. A economia mundial deverá recuperar da contracção apurada em 2020, de 3,1%, o pior desempenho nos últimos anos, ao expandir 5,9% em 2021, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, no *World Economic Outlook* de Outubro de 2021. As estimativas avançadas representam uma revisão em baixa de 0,1 p.p., quando comparadas às perspectivas avançadas em Julho. O desempenho continua a ser liderado pelo crescimento das Economias Avançadas, com uma taxa de crescimento de 5,2%, suportado pelos ajustamentos em alta da capacidade de produção da generalidade das economias em virtude da injeção de relevantes estímulos monetários e fiscais e da implementação de planos ambiciosos de vacinação contra a COVID-19. As Economias Emergentes, por seu turno, poderão registar uma taxa de crescimento de 6,4%, um nível 0,1 p.p. acima das estimativas de Julho, tendo sido impulsionadas pela revisão em alta da taxa de crescimento dos países Emergentes e em via de desenvolvimento na Europa em 1,1 p.p. para 6%.

A taxa de inflação apresenta-se como o principal risco à recuperação da economia mundial. De acordo com as estimativas do FMI, a taxa de inflação deverá acelerar na generalidade das Economias Avançadas, justificada pela manutenção da letargia na recuperação das cadeias de fornecimento global, devido o aumento dos custos de transportes e dos preços de energia, num contexto marcado por uma forte política monetária acomodatória, tal como a recuperação da economia induzida, mais por questões da procura do que por questões da oferta. Para os EUA a taxa de inflação poderá fixar-se nos 4,3% e 3,5%, em 2021 e 2022. A mesma tendência deverá ser registada na Zona Euro e no Japão, com taxas de 2,2% e 1,7% e -0,2% e 0,5%, respectivamente para os períodos referenciados.

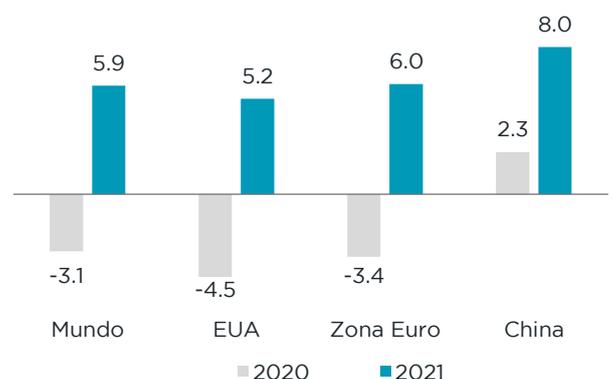
O comércio de bens e serviços deverá registar crescimento de 9,7% em 2021. A projecção avançada pelo FMI representa uma melhoria quando comparada com a contracção de 8,2% de 2020, altura em que o comércio foi pressionado pela imposição de fortes barreiras à mobilidade das pessoas, num esforço para reduzir as possibilidades de propagação da COVID-19. Para 2021, as importações, nas Economias Emergentes, deverão crescer 12,1%, e 9% nas Economias Avançadas. Por outro lado, as exportações poderão crescer 11,6% e

8%, nas Economias Emergentes e nas Economias Avançadas, respectivamente, uma clara indicação da tendência de aumento da procura mundial que não deverá ser atendida pela oferta.

A taxa de crescimento nos EUA do IIIº trimestre 2021 fixou-se em 4,9%. O desempenho representa uma desaceleração face aos 12,1% do período anterior, pressionado pela desaceleração do crescimento do consumo de bens duráveis em 27,5 p.p. e das exportações em 13,7 p.p.. Para o fecho do ano, o FMI prevê um crescimento de 6,0% acima da contracção de 3,4% de 2020. No período em análise a taxa de inflação fixou-se em 5,4%, acima dos 2,6% de Março de 2021, sendo reflexo dos constrangimentos do lado da oferta, impostos pelas dificuldades de reposição total das cadeias de abastecimento. Não obstante, neste período a política monetária manteve-se acomodatória com a perspectiva de começar a ser moderada a partir do último trimestre de 2021. No mercado trabalho, a taxa de desemprego apresentou desaceleração, ao passar de 5,9% no IIº trimestre para 4,8% no IIIº trimestre.

A taxa de crescimento da Zona Euro fixou-se em 3,9% no IIIº trimestre de 2021. A evolução positiva foi suportada pela expansão da generalizada dos países, com realce para a Croácia (15,5%), Grécia (13,4%) e Irlanda (11,4%) que registaram crescimento acima dos dois dígitos. Relativamente aos níveis de preços, a taxa de inflação acelerou para 3,4% em Setembro, pressionada pelos custos de energia, num contexto em que a taxa de desemprego situou-se em 7,4% abaixo dos 7,8% do trimestre anterior.

Gráfico 01 – Crescimento da economia (%)



Fonte: FMI



1. Contexto Internacional (2/2)

- A China registou uma taxa de crescimento de 4,9% no IIIº trimestre de 2021, abaixo do registo de 7,9% apurado no IIº trimestre de 2021.
- Os índices bolsitas apresentaram um desempenho negativo em Setembro de 2021, em linha com os receios de moderação da política monetária acomodatória.

A taxa de crescimento económico da China no IIIº trimestre fixou-se em 4,9%. O desempenho apurado compara com o crescimento de 18,3% e 7,9% do Iº e IIº trimestre, respectivamente, o que reflecte, em grande medida, as incertezas no sistema financeiro, fundamentalmente, com o caso do Evergrande Group. O Banco Central tem vindo a injectar considerável liquidez no sistema, com o intuito de manter a tendência de recuperação iniciada no IIº trimestre de 2020, contudo com resultados pouco animadores. No período em referência, a taxa de juro básica fixou-se em 3,85%, num contexto em que a taxa de inflação situou-se em 0,7% em Setembro, abaixo dos 1,1% de Junho de 2021. A taxa de desemprego registou uma ligeira desaceleração, ao passar de 5% no IIº trimestre para 4,9% no período seguinte.

Os índices bolsitas apresentaram um desempenho negativo ao longo do IIIº trimestre de 2021. O índice que mede a evolução das bolsas dos mercados avançados, MSCI *Global*, situou-se em 3 006,60 pontos, uma redução de 0,35% face ao período anterior. Os índices Dow Jones (EUA) e Dax (Alemanha) registaram reduções de 1,91% e 1,74% ao se situarem em 33 843,92 pontos e 15 260,69 pontos, respectivamente. Os receios em torno da inversão da trajectória acomodatória da política monetária, nas principais economias, num contexto em que a pressão dos preços continua a ser real, justificou o desempenho dos índices. Paralelamente, assistiu-se um desempenho mais desafiante no MSCI *Emerging Markets* que ao se situar em 1 253,10 pontos representou uma redução trimestral de 8,84%. O índice IBOVESPA (Brasil) e o CSI 300 (China) registaram quedas de 12,48% e 6,85%, ao se situarem em 110 979,10 pontos e 4 866,38 pontos, respectivamente.

Os preços das *commodities* apresentaram tendência divergente no IIIº trimestre de 2021. O preço do petróleo manteve a tendência de aumento apurado desde Abril de 2020, tendo variado 4,51% em termos trimestrais, para o caso do Brent, enquanto o WTI aumentou 2,12% ao se situarem em 78,52 USD/barril e 75,03 USD/barril, respectivamente, beneficiando da perspectiva de aumento da procura e a manutenção do programa

de aumento gradual da oferta de crude da OPEP+. Paralelamente, assistiu-se uma redução da cotação do ouro em 0,74% para 1 756,95 USD/onça, facto que poderá reflectir a melhoria da confiança dos investidores na evolução da economia, no curto prazo. A seguir a mesma tendência de queda, esteve o preço da prata e da platina que recuaram 15,14% e 10,04%, respectivamente.

As *yields* da Dívida Soberana a 10 anos das economias avançadas registaram aumentos no IIIº trimestre. Durante o período em análise as *yields* da dívida soberana das principais economias seguiram tendência ascendente, com realce para os EUA (+1,93 p.b para 1,487%), Alemanha (+0,8 p.b. para -0,199%), França (+2,8 p.b. para 0,153%), Reino Unido (30,58 p.b., para 1,021%) e o Japão (+1,4 p.b. para 0,066%), em linha com os receios da redução dos estímulos monetários na generalidade das economias avançadas, com o intuito de reduzir a pressão sobre a taxa de inflação. Paralelamente, assistiu-se uma redução da *yield* da dívida soberana a 10 anos da China, em 21,2 p.b., ao se fixar em 2,873%, reflexos das indicações do Banco Central em injectar uma maior liquidez na economia.

Tabela 01 – Cotações de Mercado

Índices bolsistas (pontos)	IIIº Trim	IIº Trim	%
Dow Jones (EUA)	33 843,92	34 502,51	-1,91
Nasdaq (EUA)	14 448,58	14 503,95	-0,38
Dax 30 (Alemanha)	15 260,69	15 531,04	-1,74
Ibovespa (Brasil)	110 979,10	126 801,70	-12,48
CSI 300 (China)	4 866,38	5 224,04	-6,85
MSCI <i>World</i> (Global)	3 006,60	3 017,23	-0,35
MSCI <i>Emerging Markets</i>	1 253,10	1 374,64	-8,84
<i>Commodities</i>			
	IIIº Trim	IIº Trim	%
Brent (USD/barril)	78,52	75,13	4,51
WTI (USD/barril)	75,03	73,47	2,12
Ouro (USD/onça)	1 756,95	1 770,11	-0,74
<i>Yields soberanas 10 anos</i>			
	IIIº Trim	IIº Trim	p.b
EUA OT 10 anos (%)	1,4873	1,468	1,93
ALEMANHA OT 10 anos (%)	-0,199	-0,207	0,8
REINO UNIDO OT 10 anos	1,0208	72%	30,58
CHINA OT 10 anos	2,873	3,085	-21,2

Fonte: Bloomberg



POLÍTICA FISCAL PARA UM MUNDO INCERTO

Por: Vítor Gaspar, Sandra Lizarazo, Paulo Medas e Roberto Piazza

A vacinação salvou vidas e contribuiu para a recuperação económica em muitos países, mas as incertezas persistem em meio aS novas variantes do vírus. A pandemia deixará marcas duradouras na desigualdade, na pobreza e nas finanças públicas, conforme constatado na mais recente edição do Fiscal Monitor, do Fundo Monetário Internacional.

Com a pandemia, em 2020 o endividamento global saltou 14%, atingindo o recorde de 226 biliões de dólares norte-americanos. Esse número inclui as dívidas do sector público e do sector privado não financeiro. Este último deve ser monitorado cuidadosamente, já que o excesso de endividamento privado pode acabar gerando um aumento da dívida pública.

A dívida pública soma agora 88 biliões de dólares, um valor próximo a 100% do PIB global. Espera-se que em 2021 e 2022 a dívida pública decline cerca de 1 ponto percentual do PIB a cada ano; a partir de então, deve se estabilizar em cerca de 97% do PIB. Com o aumento da dívida, os países precisarão calibrar as políticas fiscais às suas próprias circunstâncias, inclusive a taxa de vacinação e a robustez da recuperação.

Um ponto positivo – mas não para todos

As circunstâncias dos países variam consideravelmente entre e dentro dos grupos de renda e o mesmo acontece com as políticas fiscais.

Nas economias avançadas, a política fiscal continua favorável à actividade económica e ao emprego. Nesses países, a ênfase da política fiscal já não é o apoio emergencial em razão da pandemia. Sua atenção está a voltar-se para o investimento público destinado a facilitar uma transformação verde e digital. Algumas políticas também tornarão as economias mais inclusivas. Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas propostas orçamentárias visam reduzir as desigualdades e podem diminuir a pobreza em cerca de um terço.

As políticas fiscais também são importantes em todo o mundo. Por exemplo, se totalmente implementados, os grandes pacotes anunciados pela União Europeia (Next Generation EU) e pelos Estados Unidos (American Jobs Plan e o American Families Plan) podem agregar ao PIB global um total acumulado de 4,6 biliões de dólares entre 2021 e 2026.

Os mercados emergentes e os países em desenvolvimento de baixa renda encaram uma perspectiva mais difícil, já que, em muitos deles, grandes parcelas da população ainda não foram vacinadas. Além disso, espera-se que a crise tenha efeitos duradouros e leve à redução das receitas fiscais em comparação com as tendências anteriores à pandemia, particularmente nos países em desenvolvimento de baixa renda. Isso dificultará ainda mais o cumprimento da agenda de desenvolvimento. Além de ser mais limitado do que nas economias avançadas, o apoio fiscal está diminuindo devido ao agravamento das restrições financeiras. Os governos precisarão continuar a dar prioridade à saúde e à protecção dos mais vulneráveis.

Apesar das melhorias económicas em comparação com o auge da crise, estima-se que ao final de 2021 terão caído na pobreza entre 65 a 75 milhões de pessoas a mais do que teria acontecido sem a pandemia.

Os riscos decorrem principalmente das variantes do vírus e da baixa cobertura vacinal. O endividamento elevado e as necessidades de financiamento do governo também são fontes de vulnerabilidade. Os custos de captação já aumentaram, uma vez que em algumas economias de mercados emergentes os bancos centrais começaram a aumentar os juros para combater a inflação.

Além disso, existe o risco de uma alta súbita dos juros nas economias avançadas, o que colocaria pressão sobre as condições financeiras e teria um efeito particularmente prejudicial para os países altamente endividados e financeiramente frágeis. No lado positivo, maiores esforços para acelerar a vacinação em todo o mundo poderiam melhorar as perspectivas de crescimento e impulsionar as finanças públicas.

Desenvolver a resiliência, fortalecer a cooperação

Em meio as perspectivas incertas e dificuldades substanciais para as finanças públicas, os governos precisam actuar em várias frentes:

Calibrar as políticas para a pandemia e para os desdobramentos e perspectivas económicas. O apoio deve ser retirado gradualmente e as medidas fiscais devem ser direccionadas a conter os riscos para as finanças públicas e a preservar a estabilidade financeira e dos preços.

Dar prioridade à transformação da economia para torná-la mais inteligente, mais verde, mais resiliente e mais inclusiva. Isto significa aumentar os investimentos em capital físico, educação e redes de protecção social, bem como o apoio para a recapacitação e realocação de trabalhadores para empregos novos e melhores.

Quando necessário, aumentar gradualmente as receitas tributárias e ampliar a eficiência dos gastos. Essas medidas são ainda mais prementes nos países em desenvolvimento de baixa renda, dadas as perspectivas de uma queda persistente nas receitas, o que poderia reduzir o financiamento disponível para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fortalecer a credibilidade da política fiscal para criar espaço para apoio adicional no curto prazo, sem comprometer o crédito público. Os gastos emergenciais devem ser acompanhados por medidas que assegurem a transparência e a responsabilização. As estruturas fiscais de médio prazo podem assegurar aos credores que os governos são fiscalmente responsáveis e reduzir os custos de financiamento.

Embora, até o momento, a comunidade internacional tenha proporcionado um apoio fundamental para ajudar a amenizar as vulnerabilidades fiscais nos países de baixa renda, ainda é preciso fazer muito mais. A recente Alocação Geral de Direitos Especiais de Saque pelo FMI contribui para a liquidez internacional. Seus efeitos benéficos podem ser amplificados se os países de renda mais elevada puderem canalizar para os países em desenvolvimento de baixa renda parte dos recursos obtidos com a alocação de DES – e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, como a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida – que oferece uma suspensão temporária dos pagamentos da dívida do sector oficial para países de baixa renda qualificados – será encerrada no final de 2021, assegurar o funcionamento eficiente do Quadro Comum do G-20 para proporcionar alívio da dívida será essencial para ajudar os países mais pobres e mais endividados do mundo a superar as consequências contínuas da crise da COVID-19.

Fonte: FMI- disponível em <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2021/10/13/blog-fiscal-policy-for-an-uncertain-world>



2. Economia Real

- A economia poderá registar retoma do crescimento a partir de 2021, após cinco anos consecutivos de recessão.
- O sector petrolífero mantém-se como o principal promotor do crescimento económico, no entanto, perspectiva-se que os impactos dos investimentos no sector não petrolífero registem efeito crescente.

A economia poderá registar crescimento de 0,4% no ano corrente. O desempenho deverá representar a recuperação económica, após cinco anos consecutivos de recessão, segundo dados divulgados pelo Banco Mundial no relatório *Africa's Pulse*, de Outubro, com a principal vulnerabilidade a manter-se sobre a volatilidade da cotação internacional do crude. Após o registo de uma contracção de 5,4% em 2020, o desempenho da economia poderá melhorar para um crescimento de 3,1% em 2022.

O FMI estima que a economia poderá registar taxa de crescimento de 2,4%, em 2022. O dado avançado no relatório *Regional Economic Outlook* revela que o sector não petrolífero continuará a exercer a principal contribuição para o crescimento económico, em que se destaca a recuperação dos sectores da agricultura e do comércio. No entanto para 2021, o relatório apresenta uma revisão em baixa, da recessão de 0,1% apresentada na Vª Revisão do Acordo de Financiamento Ampliado, de Junho, para -0,7%, em Outubro, em consequência da diminuição dos investimentos e dos desafios técnicos recorrentes no sector petrolífero.

O crescimento económico poderá atingir 2,3% em 2022. A projecção da EIU representa recuperação após o registo da contracção de 1,5% em 2021. O crescimento do sector não petrolífero (com destaque para os sectores agrícola e diamantífero) deverá superar o impacto da deterioração do sector petrolífero, em 2022, sendo que se perspectiva uma produção petrolífera de 1,11 milhões barris/dia. Na

perspectiva da procura, a instituição estima que de 2022 a 2026, o crescimento deverá ser liderado pela entrada de investimentos, moderado consumo privado em consequência da gradual recuperação do emprego e o crescimento mundial, com destaque para a China, principal destino das exportações do país. Na perspectiva da oferta, a produção da agricultura e mineração deverá acelerar no período em referência e o sector de serviços deverá recuperar à medida que as reformas no sector não - petrolífero apresentarem efeitos.

O consumo privado continuará a exercer a maior contribuição no PIB, pelo lado da procura em 2022. As perspectivas avançadas pela Unidade de Inteligência apontam para um PIB agregado de 86 473 milhões de dólares em 2022, acima dos 72 967 milhões de dólares de 2021, sendo que o consumo das famílias corresponde a 62% (-2,2 p.p. face ao ano anterior), uma redução que poderá reflectir a deterioração do poder de compra das famílias imposta pela perspectiva de manutenção da taxa de inflação acima dos dois dígitos, ao fixar-se em 12,8%.

O PIB nominal atingiu 16 499,5 milhões de dólares no IIº trimestre de 2021, de acordo com dados do BNA. O desempenho representa um aumento nominal trimestral de 0,73%, o equivalente a 119,46 milhões de dólares, e homólogo de 25,50%, cerca de 3 352,49 milhões de dólares. O desempenho trimestral reflecte o aumento das exportações em 848,36, para 7 798,6 milhões de dólares e das importações em 630,04 milhões de dólares para 4 498,2 milhões de dólares.

Tabela 02 – Estrutura do PIB, lado da procura (% do PIB)

Componentes	2020	2021	2022
Consumo	60,6	59,8	62,0
Governo	8,6	8,7	8,9
Investimento	20,7	20,6	22,0
Exportação	35,3	43,1	37,3
Importação	27,3	32,3	30,2

Fonte: *Economist Intelligence Unit*, Outubro 2021

Gráfico 02 – Taxa de crescimento da economia (%)



Fonte: *Economist Intelligence Unit*, Outubro 2021; FMI - *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Outubro 2021;



2.1. Sector Petrolífero

- A cotação internacional do crude tem mantido trajectória ascendente e fixou-se acima da projecção do Orçamento Geral do Estado 2021.
- A produção petrolífera manteve tendência decrescente ao longo do período em análise.

A produção petrolífera poderá fechar o ano corrente em 1,130 milhões barris/dia. O registo corresponde a estimativa apresentada pela EIU, que representa uma diminuição de 149 mil barris/dia em comparação com os dados de 2020. A instituição perspectiva que a produção registe declínio, com a trajectória a inverter-se a partir de 2024, quando poderá fixar-se em 1,18 milhões barris/dia.

A **Extracção e Refino de Petróleo registou contracção homóloga de 12,3%, no IIº trimestre de 2021.** O desempenho representa uma melhoria de 3,62 p.p., em comparação ao trimestre anterior, segundo dados do INE, o que poderá reflectir as reformas em curso no sector petrolífero, com o objectivo de atrair novos investimentos para a melhoria dos postos em exploração e identificação de novos poços.

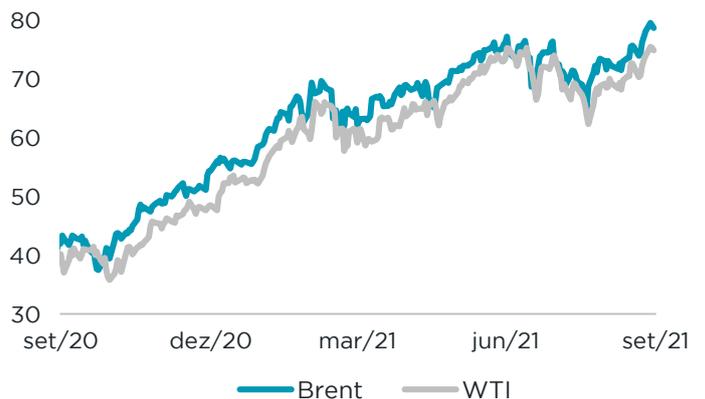
A produção de petróleo fixou-se em 1,102 milhões barris/dia, no IIIº trimestre de 2021. O registo representa uma redução trimestral de 0,63%, o equivalente a 7 mil barris/dia. Em termos homólogos, a produção corresponde a uma redução de 9,15%, tendo em consideração que a produção petrolífera fixou-se em 1,213 milhões barris/dia no IIIº trimestre de 2020, de acordo com dados obtidos junto das fontes secundárias da OPEP.

A Agência Nacional de Petróleo e Gás divulgou um nível de produção de 1,114 milhões de barris/dia, no IIIº trimestre de 2021. O registo médio corresponde a uma diminuição trimestral de 64 mil barris/dia e homóloga de 148 mil barris/dia, em consequência

da diminuição dos investimentos no sector ao longo dos últimos anos.

A cotação internacional do crude encerrou o IIIº trimestre em 78,52 USD/barril. A cotação internacional do crude do tipo Brent apresentou um incremento trimestral de 4,51% e homólogo de 91,75%. O desempenho da cotação internacional do crude reflecte a expectativa de recuperação do crescimento económico mundial, associada ao aumento moderado da produção petrolífera pelos países da OPEP+. A cotação internacional do crude poderá encerrar 2021, em 71,75 USD/barril, segundo dados obtidos na Bloomberg*, acima do preço de 39 USD/barril apresentado no OGE para 2021.

Gráfico 03 - Cotação Internacional do Crude (USD/barril)



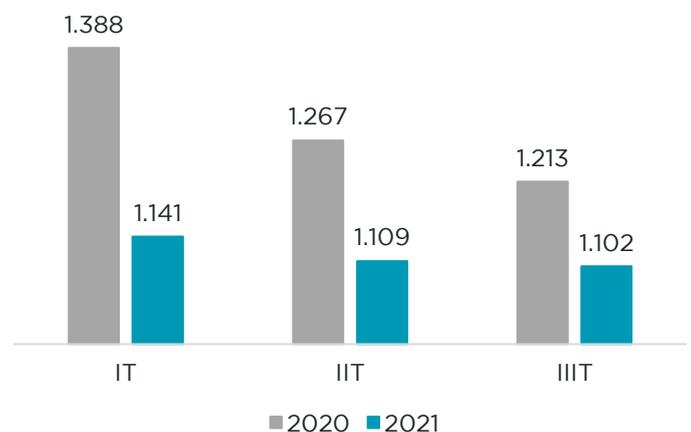
Fonte: Bloomberg

Gráfico 04 - Taxa de Crescimento do sector petrolífero (var. homóloga %)



Fonte: INE

Gráfico 05 - Produção Petrolífera



Fonte: OPEP

* Dados referentes a 30 de Dezembro de 2021.



2.2. Sector não-Petrolífero

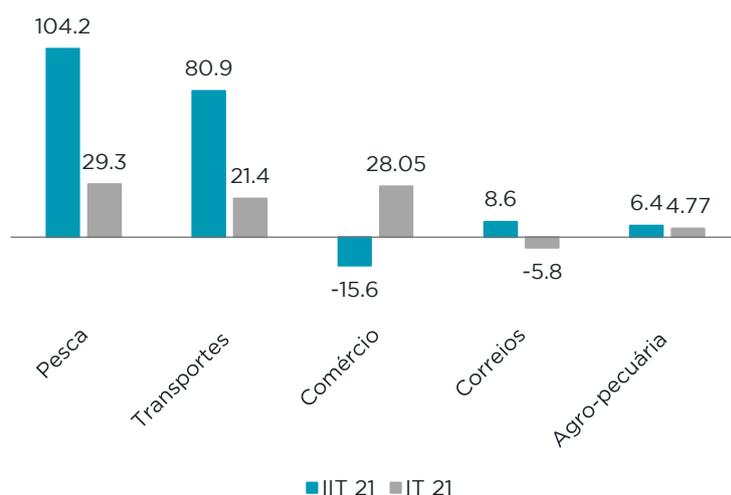
- O sector das Pescas apresentou desempenho positivo ao longo do II^o trimestre de 2021, ao crescer 104%, em termos homólogos.
- A produção industrial registou trajetória crescente tanto em termos trimestrais quanto homólogos, influenciada pela moderação das restrições relacionadas à COVID-19.

O sector das Pescas apresentou o melhor desempenho no II^o trimestre de 2021, ao crescer 104,2%. Adicionalmente, apresentaram-se como melhores desempenhos os sectores como o de “Transporte e Armazenamento” (80,9%) e “Comércio” (14,5%), segundo dados divulgados pelo INE, durante o II^o trimestre de 2021. O desempenho dos três sectores supracitados reflecte melhoria de 74,9 p.p., 96,5 p.p. e deterioração de 15,1 p.p., em comparação ao desempenho registado no período anterior.

A produção industrial apresentou um índice de 94,8 pontos, no III^o trimestre de 2021. O registo representa um aumento trimestral de 0,7%, o que poderá reflectir a redução das medidas de restrição à circulação de pessoas e bens para conter a propagação da COVID-19. O desempenho trimestral reflecte principalmente a variação dos “Bens de Consumo” (8,4%), “Indústrias Transformadoras” (4,9%) e “Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Saneamento” (1,0%). O mesmo registo verificou-se em termos homólogos, ao crescer 1,1%, impulsionado pela variação dos “Bens de Consumo” (17,9%), “Indústrias Transformadoras” (10,6%) e “Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Vapor” (8,7%).

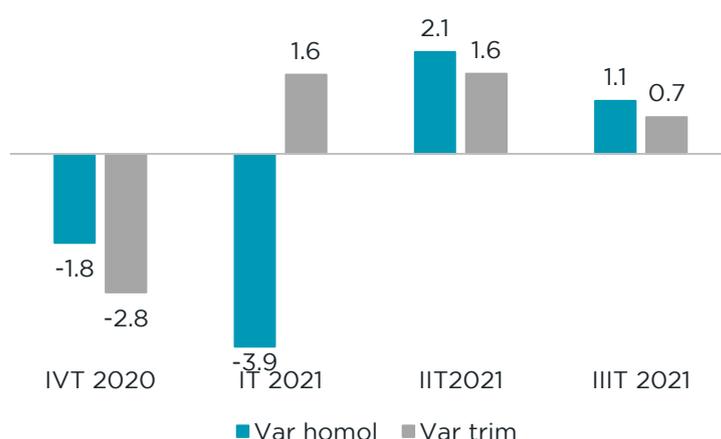
O stock do crédito registou aumento trimestral de 1,45%. Os dados do crédito ao sector não petrolífero (após excluir os dados da “Indústria Extractiva e Transformadora”) divulgados pelo BNA fixaram-se em 4 158,81 mil milhões de kwanzas, no III^o trimestre de 2021. Refere-se que os maiores aumentos trimestrais por sector corresponderam as “Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio” (174,68%), “Actividades de Consultoria, Científica, Técnicas e Similares” (14,09%) e “Captação, Tratamento e Distribuição de Água” (7,34%). Destaca-se que em termos de contribuição no total do crédito concedido ao sector não petrolífero, o principal destino correspondeu a actividade de “Comércio por grosso e a retalho” (29,07%), “Particulares” (21,67%) e “Construção” (14,67%).

Gráfico 06 – Crescimento homólogo (%)



Fonte: INE

Gráfico 07 – Produção Industrial



Fonte: INE



3. Finanças Públicas

- A trajetória ascendente da cotação internacional do crude tem contribuído para a arrecadação de receitas fiscais acima das expectativas do Governo.
- O saldo orçamental poderá registar superavit em 2021.

As receitas fiscais petrolíferas atingiram 1 765,21 mil milhões de kwanzas no IIIº trimestre de 2021. O desempenho representa um aumento de trimestral de 33,64%, influenciado pela subida do preço médio em 7,81%, para 70,08 USD/barril, que superou o impacto da diminuição das exportações em 3,41%, para 101,28 milhões de barris. O registo homólogo reflecte um aumento da arrecadação de receitas fiscais petrolíferas de 172,77%, o que representa o aumento do preço médio em 63,52%, tendo-se em consideração que se fixou em 42,86 USD/barril, no IIIº trimestre de 2020, e relativamente à produção referencia-se que efectivou-se uma redução de 8,98%. Em termos acumulados, a arrecadação até Setembro fixou-se em 4 206 mil milhões de kwanzas, um aumento homólogo de 47%, e correspondente a 103,61% da arrecadação total prevista no Orçamento Geral do Estado para 2021.

As receitas diamantíferas relativas ao IIIº trimestre de 2021 fixaram-se em 24 459,54 milhões de kwanzas. O registo representa aumento trimestral de 46,51% e homólogo de 246,93%. O desempenho trimestral reflecte o aumento do preço médio em cerca de 16 vezes, ao fixar-se em 6 336,12 USD/quilate, tal como da quantidade em 59,15% para 3 338,96 quilates. Paralelamente, a variação homóloga reflecte o aumento do preço em cerca de 19 vezes, e da produção em perto de 4 vezes.

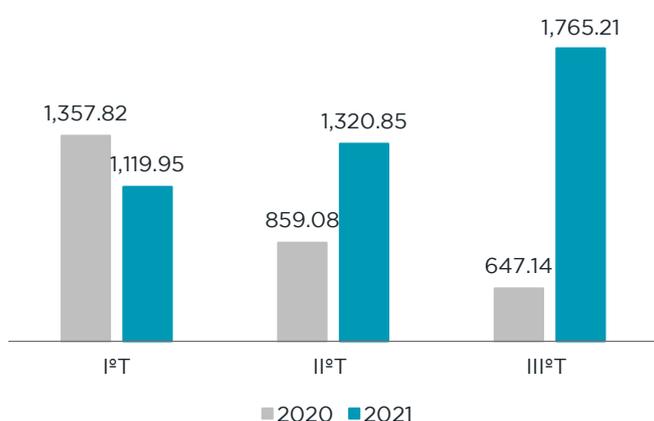
A dívida pública atingiu um *stock* total de 69 mil

milhões de dólares no IIº trimestre de 2021. O relatório de execução financeira do OGE de 2021, referente ao IIº trimestre de 2021, revela que o *stock* da Dívida Pública fixou-se em 69 mil milhões de dólares, dos quais 6% referente a Dívida das Empresas Públicas e 94% a Dívida Governamental. Importa ressaltar que a Dívida Governamental ao situar-se em 64,9 mil milhões de dólares, encontrava-se constituída por 29% de dívida interna e 71% correspondente a dívida externa.

O *stock* da Dívida Pública poderá atingir 103,71% do PIB, no ano corrente. O registo corresponde a uma moderação anual de 32,83 p.p., e o menor registo desde 2018, quando fixou-se em 92,99 % do PIB, segundo os dados do FMI, no WEO de Outubro. A trajetória decrescente da Dívida Pública reflecte o impacto do aumento da arrecadação de receitas fiscais petrolíferas em 2021, acima das expectativas, que permitiu ao país fazer face ao serviço da dívida.

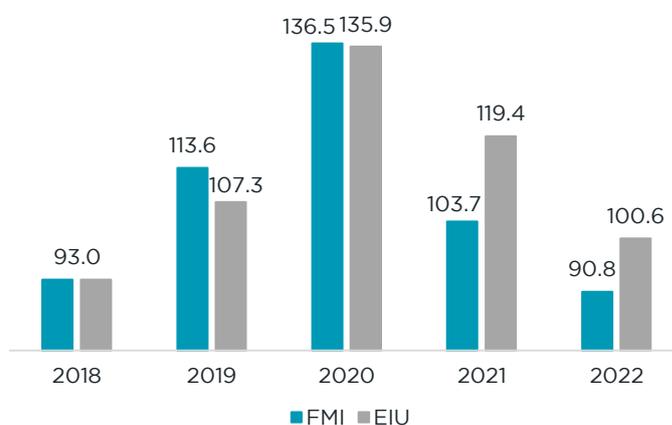
O saldo orçamental poderá registar *superavit* de 3,2% do PIB, no ano corrente. O saldo representa uma melhoria anual de 5,1 p.p., segundo os dados divulgados pelo FMI, no *Sub-Saharan Africa Regional Economic Outlook*. As estimativas da EIU apontam para um nível de 1,5% do PIB, em 2021, um aumento anual de 3,3 p.p., o que reflecte, principalmente, a trajetória ascendente da cotação internacional do crude, principal produto de exportação de Angola.

Gráfico 08 - Receitas Fiscais Petrolíferas



Fonte: MINFIN, valores em Mil Milhões de kwanzas

Gráfico 09 - Dívida Pública (% PIB)



Fonte: FMI, WEO Outubro; EIU - Country Forecast, Outubro 2021



4. Inflação

- Os constrangimentos a nível da oferta, aliado ao aumento dos preços nos mercados internacionais contribuíram para a revisão em alta das perspectivas de inflação, para 27%, no ano corrente.
- O nível geral de preços manteve crescimento mensal acima dos 2% ao longo do IIIº trimestre de 2021, com a Classe Alimentação e Bebidas não Alcoólicas a apresentar maior variabilidade.

O BNA reviu em alta a taxa de inflação para o ano corrente. A decisão foi suportada pela manutenção da aceleração dos preços na economia, muito por conta das restrições impostas pela COVID-19, no que concerne a distribuição, aliada ao crescente aumento dos níveis de preços nos mercados internacionais. Assim sendo, a inflação para 2021 deverá fixar-se em 27%, acima dos 19,5% inicialmente previsto. Adicionalmente, o BNA avançou a perspectiva de inflexão na trajetória da inflação a partir de 2022.

A taxa de inflação média mensal, tendo como referência a cidade capital, situou-se em 2,31%. O nível apurado no IIIº trimestre de 2021 representa uma aceleração de 5 p.b. quando comparado ao período anterior. Durante o período em análise, a Classe Alimentação e Bebidas não Alcoólicas, à semelhança dos períodos anteriores, registou a maior variação, ao expandir 2,76%. Devido a rigidez dos preços bens que constituem a referida classe, o impacto da manutenção dos preços tem se traduzido na deterioração do poder de vida dos consumidores.

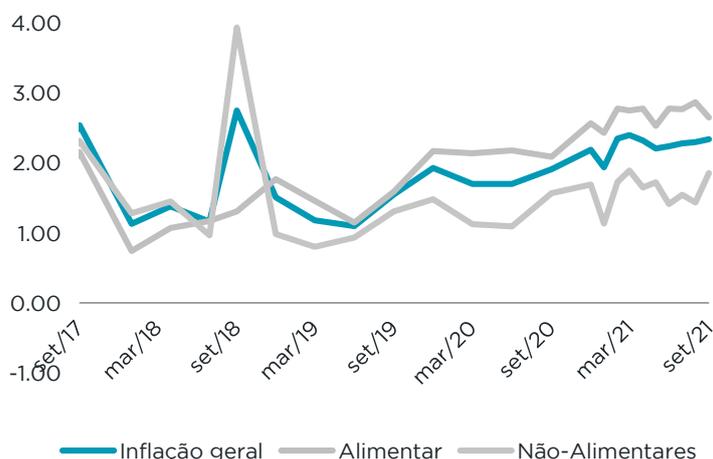
Em termos acumulados, os preços na economia aumentaram 19,43% até o IIIº trimestre de 2021. O nível compara com os 18,04% registados em igual período de 2020, e corresponde ao maior nível verificado nos primeiros nove meses desde 2016, altura em que taxa se fixou em 33,16%.

O incremento homólogo nos preços dos bens alimentares manteve-se acima dos 30%. Durante o IIIº trimestre de 2021 os bens alimentares aumentaram 36,81%, o que compara com os 34,17% registados no período anterior. Destaca-se que no ano corrente, a variação dos preços tem se mantido acima dos 30%. Paralelamente, desde o final do ano transacto até o mês de Setembro o crescimento dos preços acelerou 7,73 p.p.. Por seu turno, os bens não alimentares registaram uma aceleração mais moderada, de 0,19 p.p., para 21,03%.

Os preços grossistas também apresentaram crescimento homólogo acima dos 30%. O Índice de Preços Grossista encerraram o IIIº trimestre em 362,19 pontos, o que corresponde um aumento homólogo de 30,82% e 7,24% quando comparado ao fecho do trimestre anterior. A análise homóloga revela que os preços dos produtos nacionais encareceram mais quando comparado ao preço dos produtos importados, o que poderá estar associado aos desafios conjunturais inerentes a economia nacional.

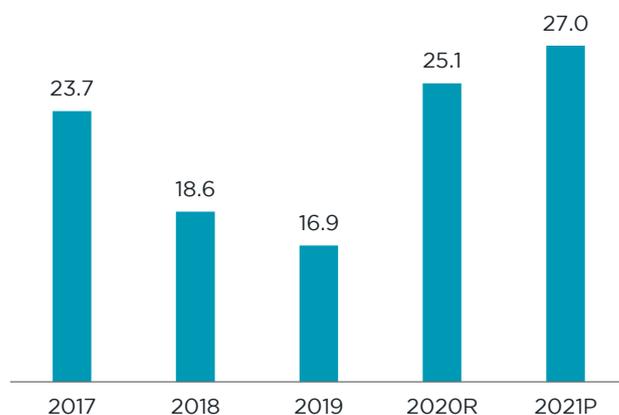
Os preços por grosso dos produtos nacionais expandiram 36,70%. A taxa apurada corresponde a uma aceleração de 1,58 p.p. face ao trimestre anterior. Paralelamente, os preços dos produtos importados aceleraram 0,93 p.p., ao variarem 29,13%.

Gráfico 10 - Taxa de Inflação (%)



Fonte: INE

Gráfico 11 - Taxa de Inflação Homóloga (%)



Fonte: INE, BNA



5. Mercado Monetário

- A política monetária manteve-se restritiva, com o objectivo principal de controlo da trajectória ascendente da inflação.
- A oferta de moeda e a variável operacional da política monetária do BNA registaram diminuição trimestral, impactadas pela política monetária em curso.

O IIIº trimestre caracterizou-se pelo intensificar da trajectória restritiva da política monetária. O CPM do BNA decidiu adiantar para o dia 02 de Julho, a reunião inicialmente prevista para o dia 29, tendo efectivado o aumento da Taxa BNA em 4,5 p.p., para 20%, da taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 5,12 p.p., para 25%, da taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 7 dias em 3,0 p.p., para 15% e manteve inalterado os Coeficientes das Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional (MN) e Moeda Estrangeira (ME) em 22%. Destaca-se que o aumento da Taxa BNA representa o mais expressivo desde o início da série histórica em Janeiro de 2005, sendo que o segundo maior aumento ocorreu em Junho de 2016, ao aumentar 4 p.p., para 16%, ano em que a taxa de inflação atingiu 41,12%.

A oferta de moeda, medida pelo agregado monetário M2, registou aumento homólogo de 1,17%. O agregado fixou-se em 11 829,95 mil milhões de kwanzas no IIIº trimestre de 2021, sendo que o registo homólogo reflecte o aumento das Notas e Moedas em poder do público, em 4,09%, dos Depósitos à Ordem em 1,85% e dos Depósitos a Prazo em 0,42%. Em termos trimestrais registou-se uma diminuição de 4,90%, do agregado M2, a terceira redução consecutiva registada no ano corrente. O desempenho trimestral reflecte a redução das Notas e Moedas em poder do público (-1,26%), Depósitos à Ordem (-2,69%) e Depósitos a Prazo (-6,96%). A componente em moeda nacional do agregado M2 registou aumento trimestral de 0,54% e homólogo de 7,75%, sendo a variação trimestral justificada pela diminuição das Notas e Moedas em Poder do Público (-1,26%), Depósitos à Ordem (-1,55%), que amorteceram o impacto do aumento dos Depósitos a Prazo, em 3,89%.

A Base Monetária em MN, variável operacional da política monetária do BNA, registou redução homóloga de 1,26%. O indicador fixou-se em 1 463,80 mil milhões de kwanzas, no IIIº trimestre de 2021, que corresponde a uma redução trimestral de 10,65%, em consequência da diminuição das Reservas Obrigatórias em MN (-19,11%), sendo que as Reservas Excedentárias e as Notas e Moedas em circulação aumentaram 7,22% e 6,20%,

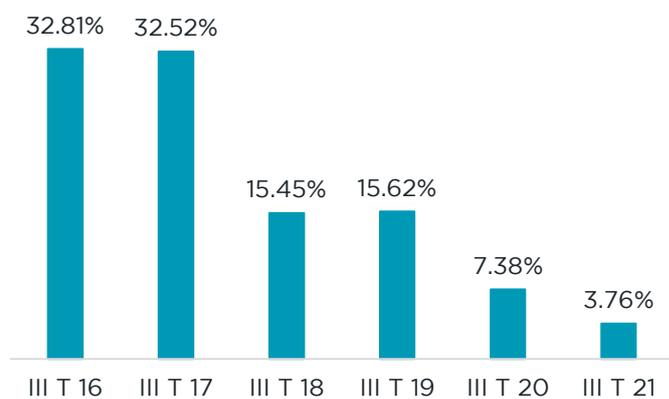
respectivamente. Em termos globais, a Base Monetária aumentou 7,59%, no trimestre, e 14,36%, em termos homólogos.

O rácio de liquidez disponível em MN atingiu 3,76%, no IIIº trimestre de 2021. O nível revela um aumento trimestral de 0,63 p.p., influenciado pela redução da Base Monetária em moeda nacional, em linha com o curso restritivo da política monetária. No entanto, em termos homólogos, o rácio diminuiu 3,63 p.p., sendo que o nível apurado no período em análise corresponde ao menor desempenho registado no IIIº trimestre desde 2015.

As transacções de liquidez entre os bancos comerciais diminuíram 76,60%, em termos homólogos. Durante o IIIº trimestre de 2021 os bancos comerciais trocaram liquidez entre si no montante de 898,05 mil milhões de kwanzas, o que corresponde a uma redução homóloga de 76,60% e trimestral de 11,63%. Destaca-se que o montante registado representa o menor nível transacionado ao longo dos três trimestres de 2021, o que poderá reflectir a restritividade da política monetária adoptada pelo BNA.

As taxas Luibor mantiveram a tendência de aumento no IIIº trimestre de 2021. As taxas de juro apuradas nas transacções entre os bancos comerciais aumentaram entre 1,51 p.p. e 4,60 p.p., correspondentes as maturidades *Overnight* e a 9 meses, tendo-se fixado em 17,42% e 23,12%, respectivamente.

Gráfico 12 – Rácio de Liquidez do Sistema Bancário em MN



Fonte: BNA



6. Sector Externo

- A China manteve-se como principal parceiro comercial do País, durante o IIIº trimestre de 2021, sendo responsável por 57,2% das exportações e 14,6% das importações.
- O País beneficiou da alocação de 709,35 milhões SDR, durante o IIIº trimestre, por parte do Fundo Monetário Internacional, o que melhorou o desempenho das reservas internacionais.

A Balança Comercial registou um saldo de 5 718,03 milhões de dólares. O montante arrecadado durante o IIIº trimestre de 2021 corresponde a um aumento homólogo de 90,77% e trimestral de 11,23%. O desempenho trimestral reflecte o aumento das exportações em 12,34%, não obstante o incremento das importações em 14,45%. Destaca-se que a manutenção do saldo positivo da balança comercial encontra-se intrinsecamente ligada a performance da cotação do crude no mercado internacional, sendo que no período em análise assistiu-se a um incremento de 4,51%, para 78,52 USD/barril.

As exportações verificadas no IIIº trimestre de 2021 fixaram-se em 8 814,95 milhões de dólares. O nível compara com os 7 846,75 milhões de dólares apurados no período anterior, sendo que os Combustíveis mantiveram posição dominante, ao representarem 92,9% do total das exportações. A concentração das exportações no petróleo expõe o País aos choques externo, pelo facto da determinação do preço depender maioritariamente das condições externas. Importa ressaltar que os Minerais e Mineiros ocuparam o segundo lugar na lista dos principais produtos exportados com uma quota de 0,3%

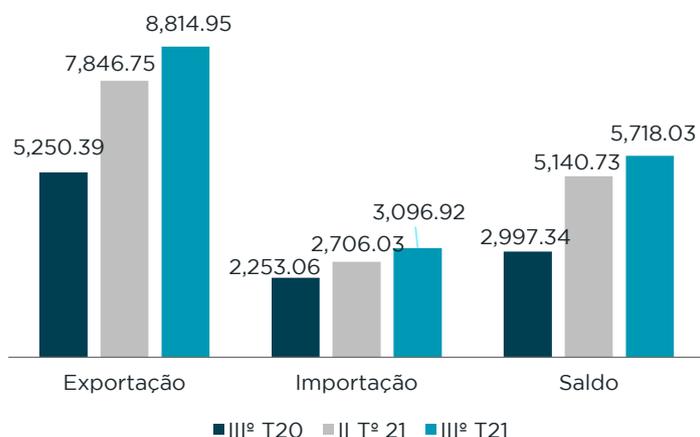
As importações situaram-se em 3 096,92 milhões de dólares no IIIº trimestre de 2021. O montante situou-se acima dos 2 706,03 milhões de dólares

registados no período anterior, muito por conta do incremento das compras de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos 26,8%, sendo que o peso sobre o total situou-se em 24,7% - principal item importado - , secundado pelos Combustíveis, que com um peso de 17,3% aumentou 35,6%.

A China manteve-se como principal parceiro comercial do País. Ao ser responsável por 57,2% das exportações e 14,6% das importações, a China manteve a posição de principal parceiro comercial do País. Em termos líquidos, o saldo da balança comercial manteve-se superavitário, não obstante a ligeira redução, de 0,26%, para 4 590,59 milhões de dólares. No que concerne as exportações, a Ásia destacou-se como principal destino dos produtos nacionais, com um peso de 81,6%, ao passo que em termos das importações, o continente europeu mereceu realce, ao concentrar 42,8% do total.

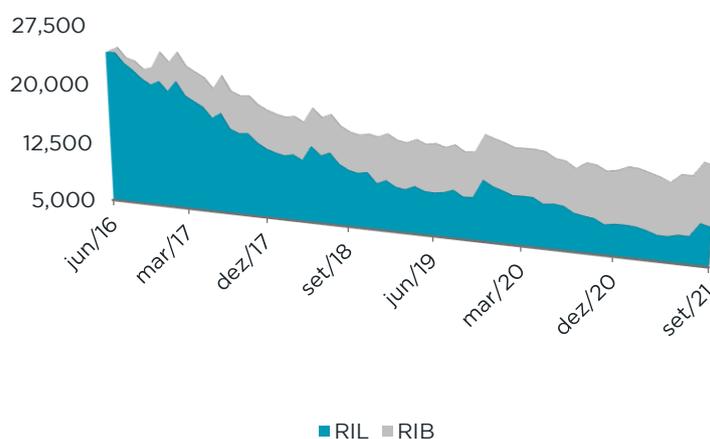
As Reservas Internacionais apresentaram aumentos significativos no IIIº trimestre de 2021. As Reservas Internacionais Brutas fixaram-se em 16 385 milhões de dólares, um aumento trimestral de 8,52%, enquanto as Reservas Internacional Líquidas aumentaram 15,98%, para 9 589 milhões de dólares. Para o desempenho positivo das Reservas contribuiu a alocação de 709,35 milhões SDR, o equivalente a 1,01 mil milhões de dólares por parte do FMI.

Gráfico 13 - Conta de Bens



Fonte: INE, valores em Milhões de dólares

Gráfico 14 - Reservas Internacionais



Fonte: BNA, valores em Milhões de dólares



A ALOCAÇÃO DOS DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) efectivou a 23 de Agosto de 2021, a alocação dos Direitos Especiais de Saque (DES, e SDR na sigla em inglês), no montante total de 456 mil milhões SDR, o equivalente a 650 mil milhões de dólares.

A alocação deverá representar liquidez adicional ao sistema económico global, por intermédio do reforço das reservas dos países em moeda estrangeira, com a consequente diminuição da dependência no endividamento de elevado custo, tanto no mercado interno quanto externo.

Adicionalmente, os recursos poderão ser destinados à aquisição de materiais para a aceleração do processo de vacinação contra a COVID-19, com o FMI a estimar que se efective a vacinação de cerca de 40% da população dos países membros até ao final de 2021, e que atinja um total de 60% da população até ao primeiro semestre de 2022.

O montante de DES distribuído no ano corrente representa a quinta alocação realizada pelo FMI, com o montante atribuído a cada país dependente da respectiva quota no Fundo, sendo que a instituição divulgará em dois anos, um relatório com a descrição do destino atribuído aos DES.

A distribuição dos recursos correspondentes ao acréscimo dos DES deverá caracterizar-se por uma alocação de aproximadamente 376 mil milhões de dólares às economias desenvolvidas e o remanescente às economias emergentes e em desenvolvimento.

Os Direitos Especiais de Saque acumulados fixaram-se em 660,70 mil milhões SDR, que corresponde a 940,78 mil milhões de dólares, após o montante de acréscimo concretizado no dia 23 de Agosto de 2021, o total corresponde a um incremento de 223,53%.

Entre os 190 países que integram o FMI, os maiores acréscimos de SDR corresponderam aos EUA (79,54 mil milhões SDR, correspondente a aproximadamente 113,04 mil milhões de dólares), tendo-se em consideração que apresenta a maior quota no FMI, com perto de 17,4%; em seguida apresenta-se o Japão (29,54 mil milhões SDR, cerca de 41,98 mil milhões de dólares), com uma quota de 6,33%; e a China (29,22 mil milhões SDR, aproximadamente 41,52 mil milhões de dólares), com uma quota de 5,48%.

Os menores montantes foram atribuídos a Tuvalu (2,40 milhões SDR, cerca de 3,41 milhões de dólares), com uma quota de 0,00062%; Nauru (2,68 milhões SDR, correspondente a 3,81 milhões de dólares), com uma quota de 0,00054%; e Palau (4,70 milhões SDR, aproximadamente 6,67 milhões de dólares).

No caso dos países africanos refere-se que os principais destinos caracterizaram-se pela África do Sul (2,92 mil milhões SDR, cerca de 4,16 mil milhões de dólares), com uma quota de 0,71%; seguida pela Nigéria (2,35 mil milhões SDR, correspondente a 3,34 mil milhões de dólares), uma quota de 0,61%; e o Egipto (1,95 mil milhões SDR, cerca de 2,77 mil milhões de dólares), com uma quota de 0,43%.

Relativamente a Angola, referencia-se que foi a quinta economia do continente com a maior alocação, tendo o montante atribuído fixado-se em 709,35 milhões SDR, que corresponde a aproximadamente 1,008 mil milhões de dólares, tendo-se em consideração uma quota no FMI de 0,14869%.

O montante contribuiu para que se registasse uma variação nas Reservas Internacionais Brutas (RIB) e Líquidas (RIL). No caso das RIB de 20 a 23 de Agosto efectivou-se um aumento de 1,013 mil milhões de dólares - em que o montante adicional de aproximadamente 5 milhões de dólares poderá corresponder a arrecadação de divisas por intermédio das receitas fiscais das exportações realizadas pelo país. O montante correspondente as Reservas Internacionais Brutas a 23 de Agosto de 2021 fixou-se em 16,59 mil milhões de dólares, o que permite a cobertura de 12,5 meses de importações.

Relativamente às RIL, aumentaram 1,007 mil milhões de dólares, ao fixarem-se em 9,78 mil milhões de dólares no dia 23 de Agosto. O valor reduzido em comparação às RIB reflecte a dedução dos passivos relacionados com reservas, rubrica que inclui os recursos destinados a fazer face ao serviço da dívida.

O incremento das RIL poderá contribuir para que, além de conferir maior estabilidade à economia - na perspectiva do investidor internacional -, seja garantido um controlo sobre o desempenho do mercado cambial, para que seja possível ao Banco Nacional de Angola, realizar intervenções quando necessário. Adicionalmente, de acordo com uma comunicação do Ministério das Finanças, o Executivo de Angola vai continuar a promover a resiliência e a estabilidade da economia nacional, fortalecendo a posição externa e redinamizando a rápida recuperação da economia.

Comentário da semana referente ao Resumo Semanal de 30 de Agosto de 2021



7. Mercado Cambial

- O IIIº trimestre de 2021 caracterizou-se por uma apreciação significativa do Kwanza face ao dólar, o que poderá sugerir a estabilidade do mercado.
- Durante o período em análise assistiu-se a uma moderação das necessidades de moeda estrangeira, em linha com a manutenção das restrições impostas pela COVID-19, tal como aumento da oferta de divisas, em virtude ao desempenho positivo do principal produto de exportação, petróleo.

O Kwanza apresentou um desempenho positivo durante o IIIº trimestre de 2021. A moeda nacional manteve a tendência de apreciação apurada nos últimos trimestres, tendo, no entanto, apresentado uma maior expressividade durante o período em análise. A cotação do Kwanza face ao dólar encerrou o IIIº trimestre em 599,168 kwanzas por unidade de dólar, o que corresponde a uma apreciação de 7,82% em relação ao fecho do trimestre anterior, tal como o melhor desempenho desde o IIº trimestre de 2020.

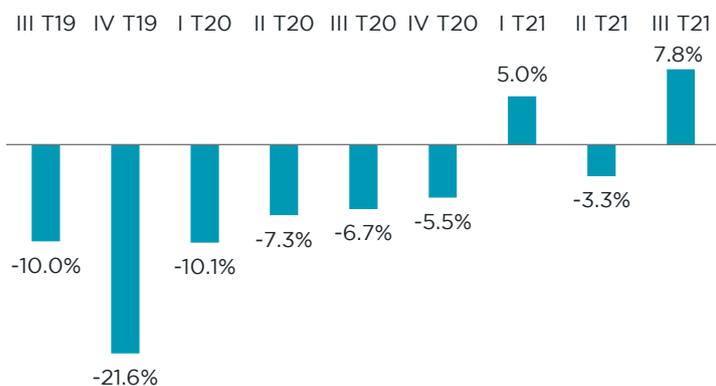
O desempenho da moeda reflecte a oferta superior a procura. Durante o período em análise, o mercado cambial caracterizou-se pela oferta de divisas superior a procura, muito por conta do desempenho positivo do principal produto de exportação do País, petróleo, e pela moderação das necessidades de moeda estrangeira, num contexto em que as restrições impostas pela COVID-19 persistem reflectindo-se sobre a apreciação da taxa de câmbio.

A manutenção da entrada de novos ofertantes no mercado tem contribuído para a redução do preço. O mercado cambial, até o IIIº trimestre de 2021,

contava com 46 ofertantes, designadamente, 26 bancos comerciais, 10 sociedades do sector petrolífero, 8 empresas diamantíferas, o Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Angola. Relativamente, a este último, destaca-se que a sua intervenção no mercado tem sido moderado, sendo que durante o período em análise apenas interveio no mês de Agosto. A ampliação do leque de ofertantes tem contribuído para a negociação transparente e eficaz da taxa de câmbio, o que se reflecte sobre a estabilidade do mercado.

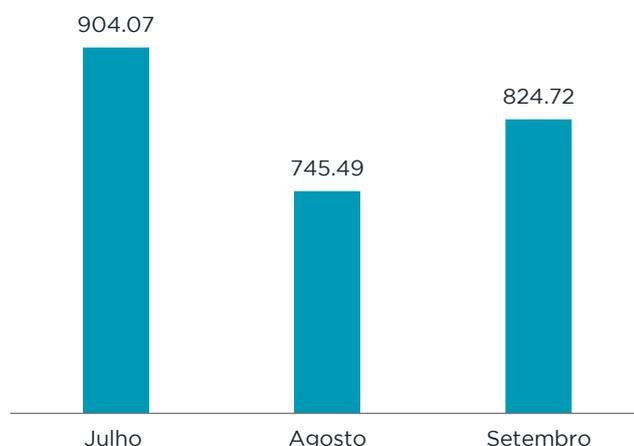
As empresas do sector petrolífero têm sido as principais intervenientes do mercado. A quota de mercado das empresas petrolíferas atingiu perto de 38,04% (de acordo com dados de Julho e Agosto), destacando-se como principais ofertantes do mercado, secundado pelo Tesouro Nacional com uma quota de 31,85%. Paralelamente, destaca-se que o BNA apresentou uma quota abaixo de 1%, sendo que os restantes sectores, Diamantíferos e Outros, apresentaram um peso de 15,82% e 14,22%, respectivamente. Em termos agregados, o total de divisas ofertadas ao longo do IIIº trimestre de 2021 ultrapassou os 2 474,28 milhões de dólares.

Gráfico 15 - Variação Cambial (USD/AOA)



Fonte: BNA

Gráfico 16 - Oferta de Divisa (Milhões de dólares)



Fonte: Banco Nacional de Angola | Comité de Política Monetária



8. Mercado de Capitais

- O número de participantes na indústria dos Organismos de Investimento colectivo apresentou um crescimento significativo durante o 1º semestre de 2021.
- A apreciação do Kwanza aliada à inexistência de novas emissões poderá justificar a moderação das negociações das Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio, no IIIº trimestre de 2021.

O número de participantes nos OIC registou um aumento de 48,93% no 1º semestre de 2021. Durante o período em análise o número de participantes situou-se em 12 367, o que compara com os 8 304 apurados no último semestre de 2020, o equivalente a um acréscimo de 4 063 pessoas. Destaca-se que, a semelhança do semestre anterior, no 1º semestre de 2021 o Fundo de Investimento concentraram a maior parte dos participantes, com um peso 99,87%. No que concerne aos Fundos de Investimentos ressalta-se que se encontravam repartidos em 99,92% Fundos de Investimentos Mobiliários e o remanescente Fundos de Investimento Imobiliário.

O Total de Activo sob gestão dos OIC fixou-se em 439,62 mil milhões de kwanzas no 1º semestre 2021. O montante corresponde a uma redução de 9,64% face ao nível apurado no fecho de 2020. Durante o período em análise, os activos dos FI representaram 75,91% do total, sendo no entanto, os FI Fechados a apresentarem maior expressividade, com um peso de 72,84%. Em termos de carteira de investimento, a maior apetência recai sobre os Imóveis ao apresentar um grau de representatividade acima dos 70%. Paralelamente, o Total do Passivo ultrapassou os 34,12 mil milhões de kwanzas, o que contribuiu para a verificação de um Valor Global Líquido de 405,51 mil milhões de kwanzas.

As negociações no mercado secundário reduziram 41,39% no IIIº trimestre de 2021. O montante apurado durante o período em análise situou-se em 202,24 mil milhões de kwanzas, o equivalente a uma redução trimestral de 41,39% e 28,74% quando comparado ao período homólogo. O desempenho trimestral reflecte a moderação das negociações no Ambiente Bilateral, em 84,34% e do Ambiente Multilateral, em 36,15%. No entanto, destaca-se que em termos de composição as negociações no Ambiente Multilateral mantêm a relevância, com um peso de 97,10%, o que compara com os 89,13% do período anterior, o que poderá ser entendido como um sinal de transparência na definição dos preços.

As negociações de OT-TXC apresentou um peso de 34,15% sobre o total negociado. O montante apurado das negociações de OT-TXC ao longo do IIIº trimestre de 2021 ultrapassou os 69,07 mil milhões de kwanzas, o que equivale a um peso de 34,15% do total negociado. No entanto, quando comparado ao peso registado no período anterior assistiu-se uma desaceleração de 12,15 p.p., o que poderá estar associado a apreciação da taxa de câmbio. No que concerne as OT-NR verificou-se um aumento da expressividade, com o peso sobre o total a passar de 53,26% no IIº trimestre de 2021 para 65,69% no período seguinte reflexo da moderada diversidade dos instrumentos.

Tabela 03- Activo Consolidado da Indústria de OIC | Milhões de kwanzas

	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21
Disponibilidades	38.745,73	23.791,53	24.563,68	23.362,77	22.978,87	25.721,64	23.563,73
Investimentos Financeiros	427.937,44	374.603,20	372.564,77	386.592,14	403.221,92	383.636,23	400.129,92
Outros Activos	19.829,39	19.958,33	19.422,46	19.198,54	19.342,10	37.176,81	15.928,37
Total Activo	486.512,56	418.353,06	416.550,91	429.153,45	445.542,89	446.534,68	439.622,02
Total Passivo	64.438,41	37.377,08	35.594,41	33.148,95	34.065,15	32.337,79	34.116,63
Valor Líquido Global (Activo - Passivo)	422.074,15	380.975,98	380.956,50	396.004,50	411.477,74	414.196,89	405.505,39



O DESEMPENHO DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO

O objectivo de incentivo à poupança tem sido adiantado pelo Banco Nacional de Angola, com a perspectiva de moderação da pressão sobre o consumo e consequentemente sobre o desempenho da taxa de inflação.

A estratégia foi reforçada mediante a publicação da Carta-Circular nº 03/DCF/2021 de Dinamização dos produtos de poupança e adequação das taxas de juro, com o objectivo de incentivar as instituições financeiras bancárias a ajustarem as taxas dos seus depósitos, com o intuito de garantir que se aproximem de taxas reais positivas, tendo-se em consideração a trajectória crescente da taxa de inflação.

O mercado de capitais, no entanto, também apresenta-se como uma alternativa de investimento para os investidores. A aplicação dos recursos a investir poderá efectivar-se mediante a intermediação de instituições financeiras bancárias ou por intermédio de fundos de investimento.

Os Fundos de Investimento (FI) ou Sociedades de Investimento (SI) constituem os Organismos de Investimento Colectivo (OIC), sendo que os OIC representam veículos de investimento que contribuem para a captação das poupanças de um número indeterminado de pequenos investidores e efectivam a sua aplicação, com o risco mitigado e a rentabilidade garantida.

O nível da poupança nacional poderá atingir uma proporção de 23% do PIB em 2021, que representa um aumento de 1 p.p., em comparação ao ano anterior, segundo o Fundo Monetário Internacional.

Destaca-se que alguns países africanos, como a Nigéria, África do Sul e Ruanda deverão registar em 2021, níveis de poupança em termos do PIB de aproximadamente 21%, 14% e 11%, respectivamente, segundo os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no *World Economic Outlook* (WEO) de Abril do ano corrente.

A aplicação em Fundos de Investimentos (FI) contribui para que os investidores beneficiem da diminuição nos custos de operações múltiplas de compra de activos, sendo estas realizadas por profissionais especializados, que deverão garantir a diversificação dos investimentos com o intuito de obter o maior retorno possível, com a menor probabilidade de perdas.

Os FI podem ser subdivididos em Mobiliários (são as OIC com o objectivo principal de investir em Valores Mobiliários – por exemplo: Títulos do Tesouro Nacional); Imobiliários (OIC que destinam os recursos principalmente a activos como edifícios, terrenos, urbanizações e similares); de Titularização (o destaque recai para os FI de Titularização de créditos, que consiste em agrupar o dinheiro que os clientes devem às empresas e subdividem este crédito em diferentes tranches, que são disponibilizadas no mercado); de Capital de Risco (que têm a finalidade de adquirir instrumentos de capital próprio e de instrumentos de capital alheio em sociedades em desenvolvimento) e Agrupamentos de Fundos (consiste num conjunto de fundos de tipologias diferentes geridos pela mesma entidade, que permitem aos investidores transferir unidades de participação entre os fundos que compõem o agrupamento).

O investimento em FI reflecte-se na aquisição de Unidades de Participação (UP) que caracterizam-se por títulos sem valor nominal que representam a propriedade de parte do património de um FI.

A indústria dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC) registou ao longo do exercício económico de 2020 activos sob gestão num total de 486,51 mil milhões de kwanzas, um crescimento de 102,18% face ao desempenho apurado em 2019, de acordo com dados divulgados pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC).

O total de activos sob gestão em termos do PIB registou aumento de 0,8% em 2019, para 1,5% em 2020, de acordo com dados do PIB divulgados no Orçamento Geral do Estado 2021.

A estratégia de aumento da literacia financeira, transparência sobre as informações do sector, associada ao objectivo de promoção da aplicação das poupanças deverão favorecer o desempenho dos OIC, proximamente.

Comentário da semana referente ao Resumo Semanal de 09 de Agosto de 2021



9. Sector Bancário

- O total de activo inverteram crescimento apurado no II^o trimestre de 2021, ao reduzir 4,72% no III^o trimestre de 2021.
- O total dos depósitos no sistema reduziram 5,05% no III^o trimestre de 2021, o que inverte a expansão de 1,93% apurada no período anterior.

O total do activo fixou-se em 20 586,95 mil milhões de kwanzas no III^o trimestre de 2021. O nível representa uma redução trimestral de 4,72%, o que compara com a expansão de 1,87% registada no período anterior. A inversão do crescimento foi influenciada, essencialmente, pela redução da carteira de Títulos de dívida, em 7,33%. Consequentemente, o peso desta rubrica sobre o total passou de 30,56% no II^o trimestre de 2021 para 29,72% no período em análise.

Os Empréstimos seguiram a mesma performance dos Títulos. No III^o trimestre de 2021 os Empréstimos fixaram-se em 5 712,87 mil milhões de kwanzas, o que à semelhança dos Títulos, representa uma redução de 0,19% face ao trimestre anterior. As incertezas sobre a evolução da economia, aliado aos elevados custos de crédito poderá justificar a moderação na concessão dos empréstimos. Entretanto, em termos de peso sobre o activo assistiu-se a um aumento de 1,26 p.p., para 27,75%.

O total dos depósitos no Passivo dos bancos reduziu 5,05% no III^o trimestre de 2021. O desempenho compara com a expansão de 1,93% apurada no trimestre anterior, tendo se fixado em 14 008,06 mil milhões de kwanzas. Desataca-se que os depósitos constituem a principal rubrica do passivo, com um peso de 68,04% no período em referência. Por outro lado, em termos de constituição, os Depósitos a Ordem representaram

38,20% dos depósitos.

A desconcentração dos depósitos deverá marcar o desempenho do sector, proximamente. O BNA enquanto supervisor da conduta do sector financeiro definiu, durante o III^o trimestre, que os clientes passam a ter o direito de escolher e mudar de produtos ou serviços, com realce para a liberdade na domiciliação dos salários por funcionário públicos e pensionistas do INSS. A medida consta no Aviso n.º 12/16 de 05 de Setembro e deverá contribuir para uma maior transparência e disciplina do mercado.

A nível da rentabilidade do sistema, no III^o trimestre assistiu-se uma ligeira melhoria. Os dados reportados pelo BNA, até o mês de Agosto, revelam uma melhoria dos indicadores de rentabilidade do sistema, com realce para a Rentabilidade dos Activos e a Rentabilidade do Capital, tendo passado de 1,10% e 13,38%, para 1,33% e 16,43%, respectivamente. No entanto, se analisado desde o início do ano, os desafios no sistema mantêm-se, muito por conta dos efeitos provocados pela COVID-19 à economia.

Os incumprimentos da obrigações creditícias continuam a penalizar a qualidade dos activos. O rácio do crédito mal parado sobre o crédito total bruto aumentou 1,71 p.p., fixando-se em 20,22%. Tal evolução continua a penalizar na decisão de concessão de novos créditos, sendo que no início do ano corrente o rácio situou-se em 17,90%.

Tabela 04- Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário

Adequação de capital	2020	Mar/21	Jun/21	Ago/21
Rácio de Solvabilidade \geq 10%	22,77	20,53	19,07	21,15
Rácio de Solvabilidade \geq 8,5%	17,13	17,97	16,54	18,34
Qualidade dos activos	2020	Mar/21	Jun/21	Ago/21
Crédito Vencido Mal Parado	18,41	20,00	18,51	20,22
Rentabilidade	2020	Mar/21	Jun/21	Ago/21
ROA	-2,91	1,60	1,10	1,33
ROE	-29,79	18,92	13,38	16,43
Custos Totais/ Proveitos Totais	121,51	83,73	88,43	86,22
Cost-to-income	132,27	64,23	63,54	63,04
Margem de Intermediação (<i>Spread</i>)	8,41	10,64	7,64	11,13
Taxa de Depósitos	11,62	9,68	9,79	10,26
Margem financeira/Margem bruta	168,28	90,88	73,39	75,78
Liquidez	2020	Mar/21	Jun/21	Ago/21
Activos Líquidos / Activo Total	30,07	30,71	32,89	33,73
Activos Líquidos / Passivo de curto prazo	35,79	36,71	38,31	39,47
Crédito Total / Depósitos Totais	32,72	33,69	33,95	34,42
Passivo ME / Passivo Total	54,16	52,77	52,83	51,52
Sensibilidade e Mutação do Mercado	2020	Mar/21	Jun/21	Ago/21
Exposição. Cambial aberta líquida	32,58	40,6	32,57	31,55

Fonte: BNA



10. Indicadores Sociais

- A taxa de desemprego no III^o trimestre de 2021 fixou-se em 34,1%, um incremento de 2,5 p.p. face ao período anterior.
- A Execução das despesas sociais no OGE 2020 ascendeu os 98% do total previsto, tendo se fixado em 1 977 mil milhões de kwanzas, um aumento anual de 12%.

A taxa de desemprego referente ao III^o trimestre de 2021 fixou-se em 34,1%. O nível quando comparado ao trimestre anterior representa um aumento de 2,5 p.p., reflexo, por um lado, do aumento da população desempregada que neste período cresceu 11,2% ao se situar em 5,517 milhões de pessoas e, por outro lado, pela redução da população empregada em 0,6% ao se situar em 10,648 milhões de pessoas. A manutenção dos constrangimentos a nível do crescimento da economia e da sua concentração em sectores pouco promotores de empregos estáveis - Indústria dos petróleos, Comércio, Transportes e Construção - associada ao crescimento da população economicamente activa, justificam a tendência apurada. Neste nível, o País registou a segunda maior taxa de desemprego do mundo, para o período em referência.

A taxa de desemprego jovem ascendeu aos 59,2% no III^o trimestre. O estrato social dos 15 aos 24 anos, tem sido o mais penalizado no que concerne a capacidade de criação e manutenção de empregos, sendo que no período em referência dos 5,592 milhões de jovem em idade activa, apenas 2,281 milhões tinham um emprego, sendo que destes, 2,150 milhões, o equivalente a 94% dos jovens empregados, encontravam-se a trabalhar em alguma actividade informal, enquanto apenas 130,602 mil jovens estavam associados a algum emprego formal. Este padrão tem penalizado a estabilidade do mercado e minado as perspectivas sobre a sustentabilidade do sistema de segurança social do País, que à medida que a estrutura demográfica vai se tornado menos concentrada entre os 20 a 25 anos de idade e mais para as idade de pré-reforma e reforma, poderá produzir relevantes desafios ao sistema de segurança social.

A taxa de empregabilidade no sector informal aumentou 1,10 p.p. no III^o trimestre. Ao se fixar em 81,13%, o equivalente a 8,639 milhões de pessoas a trabalhar no sector informal, corresponde a um aumento de 95,546 mil pessoas em relação ao período anterior. O aumento da população empregada no sector informal continua a reflectir os constrangimentos estruturais pelo que a economia tem operado e a crescente destruição de emprego no sector formal da economia, tendo no período em referência recuado 162,269 mil postos de trabalho para 2,009 milhões de pessoas.

O sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca continua a concentrar o maior número de empregos, com participação de 54,2%. De acordo com as estatísticas do INE, perto de 5,767 milhões de pessoas estiveram a trabalhar neste sector. Não obstante, o nível representa uma redução de 163,077 mil pessoas quando comparado ao trimestre anterior. Este desempenho tem contribuído para que em termos geográficos, a zona rural (21,2%) apresente uma taxa de desemprego abaixo da média registada na zona urbana (43,4%). Por outro lado, e numa análise de paridade, do género, os homens apresentaram uma taxa de empregabilidade de 63% que superaram a taxa de empregabilidade de 58,1% das mulheres.

A execução das despesas do Sector Social no OGE 2020 fixou-se em 98%. De acordo com a Conta Geral do Estado, dos 2 012 mil milhões de kwanzas aprovados em sede do OGE foram executados 1 977 mil milhões de kwanzas, um incremento anual de 12%, impulsionado pelo contexto COVID-19. De forma desagregada, assistiu-se uma execução das despesas do sector da “Educação”, “Saúde”, “Habitação e Serviços” em torno dos 98% do total previsto. Paralelamente, assistiu-se uma execução de 86% na das despesas com “Protecção Ambiental”, enquanto as despesas com “Protecção Social” e “Recreação Cultural e Religião” de 100% e 99%, respectivamente.

Tabela 05 - Estatísticas do Mercado de Trabalho

População com 15 ou mais anos	III ^o T/20	III ^o T/21	Var. (p.p.)
População economicamente activa	15,32	16,17	5,51%
População empregada	10,11	10,65	5,30%
População com emprego informal	8,05	8,64	7,37%
População desempregada	5,21	5,52	5,92%
Taxa de emprego	59,7	60,5	0,80
Taxa de desemprego	34	34,1	0,10
População com 15-24 anos	III ^o T/20	III ^o T/21	Var.(p.p.)
População economicamente activa	5,16	5,59	8,44%
População empregada	2,25	2,28	1,48%
População com emprego informal	2,05	2,15	4,72%
População desempregada	2,91	3,31	13,82%
Taxa de emprego	36,9	35,8	-1,10
Taxa de desemprego	56,4	59,2	2,80

Fonte: INE



11. Ambiente de Negócios

- A conjuntura económica no IIº trimestre apresentou desempenho mais favorável quando comparado ao período anterior, impulsionada pela apreciação da taxa de câmbio.
- A entrada de IDE para o sector não petrolífero fixou-se em 43,8 milhões de dólares no IIº trimestre de 2021, uma redução de 74,05% face ao período anterior.

O Índice de Clima Económico referente ao IIº trimestre de 2021 fixou-se em -6 pontos. O desempenho representa uma melhoria quando comparado aos níveis do Iº trimestre em que se fixou em -9 pontos, reflexo da melhoria das perspectivas na generalidade das actividades económicas, com destaque para a melhoria na confiança no sector do Comércio, de 6 para 12 pontos, do sector da Construção, de -22 para -14 pontos, e da Indústria Transformadora de -17 para -9 pontos. Este desempenho positivo reflecte melhorias nas perspectivas de vendas e importação, em linha com a moderação da depreciação cambial e aumento da capacidade produtiva induzida pela redução das medidas restritivas à mobilidade das pessoas e as actividades empresarias no País.

As perspectivas de risco do País foram revistas em baixa. O risco do País tem vindo a registar moderação, em linha com a execução de exigentes reformas macroeconómicas que têm contribuído na redução dos desequilíbrios nas contas fiscais e externas e assegurado o compromisso das autoridades com a realização do serviço da dívida interna e externa. As últimas avaliações das principais agências de notação de risco - A Moody's, a Standard & Poor e a Fitch - mantiveram uma perspectiva estável da evolução de curto prazo da economia, com particular destaque para a Moody's que melhorou a rating do País de Caa1 para B3.

A entrada de IDE para o sector não petrolífero fixou-se em 43,8 milhões de dólares no IIº trimestre de 2021. O montante quando comparado aos 168,9 milhões de dólares, do trimestre anterior, representa uma redução de 74,05%, reflexo, por um lado, da redução do IDE pelo mundo ao longo do ano de 2020 e, por outro, pela manutenção dos constrangimentos a nível do ambiente de negócio no País. Paralelamente, neste período, o IDE alocado ao sector petrolífero situou-se nos 1 659,1 milhões de dólares, um aumento trimestral de 16,07%, em linha com a melhoria do ambiente de negócios no sector petrolífero com a reestruturação do mesmo, incremento dos incentivos fiscais, fundamentalmente, nos campos marginais.

O País registou uma saída de 2 264,1 milhões de dólares em IDE no IIº trimestre 2021. O montante detido exclusivamente pelo sector petrolífero representa um incremento de 21,94% em termos trimestrais e poderá reflectir o repatriamento de capitais do sector em linha com a melhoria da cotação do preço do petróleo, sendo que a mesma tendência foi assistida numa análise face ao mesmo período de 2020 em que se registou um aumento de 54,52%.

O País registou perto de 278,06 milhões de dólares de intenção de investimento no IIIº trimestre de 2021. Em termos acumulados, de acordo com as estatísticas da AIPEX, entre Agosto de 2018 a Setembro de 2021, o total de intenção de investimento ascendeu os 4 428 milhões de dólares, com o sector da indústria a concentrar o maior número de intenções (181 projectos), enquanto o sector da construção concentrou o maior montante (686 milhões de dólares). Em termos de projectos aprovados por geografia, o relatório da AIPEX aponta que Luanda concentra 333 dos 423 projectos aprovados, seguida pelas províncias do Bengo com 13 e Benguela com 12 projectos. A província do Bié é a única que não registou nenhuma intenção de investimento até o período em referência.

Gráfico 17- Indicador de clima económico



Fonte: INE



12. Outras Economias Africanas

- A África Subsariana deverá recuperar, em 2021, da contracção económica apurada em 2020, de acordo com as previsões do FMI.
- A política monetária na generalidade dos países da região deverá manter-se acomodática.

O crescimento económico da África Subsariana poderá fixar-se em 3,7% em 2021. O desempenho representa uma melhoria quando comparado à contracção de 1,7% apurada em 2020 e deverá ser impulsionado pela recuperação dos preços das *commodities*, pelo restabelecimento das cadeias de fornecimento mundial, melhoria na transferência de remessas e na restauração do sector do turismo, em linha com a reabertura gradual da economia mundial. Para 2022, os dados do FMI apontam para uma expansão de 3,8%, ainda abaixo da perspectiva de recuperação da economia mundial, muito por contra do acesso desigual às vacinas e a consequente baixa taxa de imunização. Paralelamente, o moderado espaço fiscal que muitos países detêm e a baixa efectividade da política monetária - em linha com o elevado nível de informalidade na generalidade das economias da região - e o surgimento de alguns focos de instabilidade, deverão justificar o moderado crescimento da região.

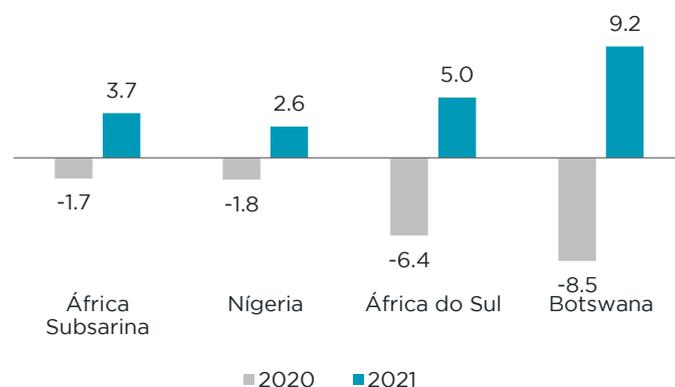
O comércio intra-africano reduziu em 19,62% em 2020. A propagação da COVID-19 pressionou os níveis de trocas comerciais pelo mundo, tendo os montantes recuados de 18.815 mil milhões de dólares para 17.473 mil milhões de dólares. Porém, a redução do comércio de África fixou acima da queda registada nas transacções globais de 7,13%, o que reflecte os desafios impostos às economias africanas pela COVID-19. Ao se fixar em 387,53 mil milhões de dólares, o montante representa 2,2% do total transaccionado no mundo, menos 0,34 p.p., face ao registo de 2019. Em termos de blocos, o norte de África registou uma redução nas transacções de 27,88% para 101.349 milhões de dólares, enquanto a África Subsariana contraiu 16,22% para 286.183 milhões de dólares. Em termos de quota, a África Subsariana foi responsável por 73,85% do total das transacções, enquanto a África do norte contribuiu com 26,15%.

O nível de endividamento governamental da África Subsariana poderá fixar-se em 56,6% do PIB em 2021. De acordo com as estimativas do FMI, a se efectivar o nível deverá representar um a redução face aos 57,3% registados em 2020, muito por conta dos esforços que os governos têm realizado para a redução das necessidade de endividamento em sede dos orçamentos de Estado que no período em referência registaram uma melhoria tendo saído

de um défice fiscal de 6,6% do PIB para um défice de 6%. Os níveis de endividamento em África têm reflectido à crescente necessidade de financiamento para o desenvolvimento e a manutenção de altos custos de financiamento interno e nos mercados externos.

A política monetária na África Subsariana deverá seguir trajectória menos acomodática em 2021. Em linha com o contexto desafiante pelo que a economia mundial atravessava, as economias seguiram na sua generalidade com a adopção de políticas monetárias expansionistas para reduzir os impactos que a COVID-19 produziu sobre o nível de captação de liquidez das empresas e do rendimento das famílias, tendo a oferta monetária crescido de 35,6% do PIB em 2019 para 38,8% em 2020. Para 2021, de acordo com o FMI, aquele nível poderá recuar de forma marginal para 38,6%. Destaca-se que os países da região, na sua generalidade, mantêm taxas de juro base em terreno positivo, com destaque para Cabo Verde (0,25%) com a menor taxa, seguida pelos Comores (0,98%) e Maurícias (1,85%). Os países com as taxas mais elevadas são Zimbabwe (40%), Libéria (20%) e Angola (20%), sendo que estes apresentam desafios gritantes a nível das taxas de inflação, com o Zimbabué, Angola e a Libéria a registarem taxas de 51,55%, 26,57% e 7% (Registo de Agosto), respectivamente.

Gráfico 18 - Crescimento da economia (%)



Fonte: *Perspectivas Económicas Regionais*, FMI Outubro 2021



12. Outras Economias Africanas

- A SADC poderá crescer, em 2021, acima dos níveis previstos para o crescimento da África Subsariana, segundo as previsões do FMI.
- O Botswana deverá registar a maior taxa de crescimento da África Subsariana em 2021, com uma taxa de 9,2%, depois de ter contraído 8,5% em 2020.

O crescimento da SADC poderá fixar-se em 3,9% em 2021. A taxa de crescimento das 15 economias mais à sul de África, poderá situar-se em 3,9% acima da média prevista para África subsariana de 3,7%, muito por conta o desempenho positivo que se espera nas grandes economias da região – África do Sul (5,0%) e Tanzânia (4,0%), sendo Angola a única economia que poderá registar contracção estimada em 0,7% -. O desempenho previsto compara a com a contracção de 4,3% regista em 2020. Paralelamente, os países pertencentes a Zona Fraco CFA, deverão registar a maior taxa de crescimento sub-regional em 4,5% depois de terem evitado uma contracção em 2020, ao crescer 0,3%.

A taxa de crescimento da África do Sul para 2021 poderá fixar-se em 5,0%. No II^o trimestre a taxa de crescimento da economia fixou-se em 19,3% em termos homólogos. Neste período a taxa de desemprego atingiu o seu maior registo desde Julho de 2008, ao se fixar em 34,9%, acima dos 34,4% apurados no trimestre anterior. Tal nível contribuiu para que o País ocupa-se a primeira posição da lista dos países com maior taxa de desemprego do mundo, uma condição desafiante para aquela que é a segunda maior economia de África. Paralelamente, assistiu-se um a incremento na taxa de inflação homóloga que saiu de 4,9% em Junho de 2021 para 5% em Setembro. Neste período o CPM decidiu manter inalterada a taxa de juro de referência em 3,75%.

A Nigéria cresceu 4% em termos homólogos no III^o trimestre. O desempenho compara com o crescimento de 5% apurado no período anterior, induzido pelo crescimento do sector não petrolífero em 5,4%, enquanto o petrolífero contraiu 10,7% em linha com a redução da produção média de petróleo

que recuou de 1,61 milhões barris/dia para 1,57 milhões de barris/dia. A maior economia da região poderá registar um crescimento de 2,6% em 2021 depois de ter contraído 1,8% em 2020, beneficiando do incremento da procura mundial, fundamentalmente, com as exportações de petróleo, e pela reabertura da economia, com a moderação da propagação da COVID-19. Paralelamente, e de acordo com os dados do FMI, a taxa de inflação poderá ascender os 16,9% acima dos 13,2% registados em 2020, enquanto o saldo fiscal do governo deverá aumentar de 5,8% para 6,1% do PIB e os níveis de endividamento registar um incremento marginal de 35% para 35,7%.

A taxa de crescimento do Botswana poderá fixar-se em 9,2% em 2021. A economia poderá crescer 9,2% em 2021, o que inverte a contracção de 8,5% apurada em 2020, sendo o maior desempenho previsto pelo FMI para 2021 na região da África Subsariana. Paralelamente, a taxa de inflação poderá fixar-se em 5,8% acima dos 1,9% registado em 2020. Ainda de acordo com as estimativas do FMI, o nível de endividamento governamental deverá fixar-se em 22,8% do PIB acima dos 19,5% do PIB apurado em 2020. No II^o trimestre de 2021, a taxa de crescimento fixou-se em 36%, numa variação homóloga, depois de ter contraído 26% no mesmo período de 2020, sendo um desempenho justificado pelo crescimento na formação bruta de capital fixo, que de acordo com as contas nacionais do País, cresceu 27,8% depois de ter registado quatro contracções consecutivas, desde o II^o trimestre de 2020. Por seu lado, a taxa de inflação mantém-se em torno dos 8%, entre Junho a Setembro de 2021, com os preços dos transportes a exercer grande pressão sobre a evolução do IPC em linha com a realidade da generalidade das economias.

Tabela 06 – Indicadores macroeconómicos

	Inflação (%)		Dívida Governamental (% PIB)		M2/PIB	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
África Subsariana	10,3	10,7	57,3	56,6	38,8	38,6
Nigéria	13,2	16,9	35,0	35,7	25,7	25,2
África do Sul	3,3	4,4	69,4	68,8	74,6	72,7
Botswana	1,9	5,8	19,5	22,8	52,0	50,3

Fonte: *Perspectivas Económicas Regionais, Outubro 2021*



15. Anexos

Anexo 1 – Taxa de Inflação homóloga, Luanda (%)

Classes de produtos em %	IIIº TRI/17	IIº TRI/18	IIIº TRI/18	IIº TRI/19	IIIº TRI/19	Iº TRI/20	IIº TRI/20	IIIº TRI/20	IVº TRI/20	Iº TRI/21	IIº TRI/21	IIIº TRI/21
Variação global	27,46	20,14	19,20	17,29	16,54	19,04	21,79	23,262	25,202	27,27	28,72	30,22
01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	21,03	15,78	14,28	17,01	17,58	19,49	24,44	26,927	29,082	33,70	34,17	36,81
02. Bens e Serviços Diversos	41,13	23,09	17,29	17,40	17,68	17,70	22,42	24,411	24,892	28,63	28,59	29,60
03. Saúde	49,42	31,21	25,78	18,88	18,04	17,04	17,78	18,725	20,100	22,75	24,80	25,00
04. Hotéis, Cafés e Restaurantes	6,96	13,68	33,40	30,37	14,45	13,53	12,06	8,122	11,493	13,75	14,33	14,49
05. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	43,13	26,45	20,12	17,56	17,60	17,49	17,72	19,193	19,474	21,34	22,11	23,47
06. Vestuário e Calçado	39,99	30,69	25,45	18,80	19,90	17,60	19,58	19,831	22,817	27,68	30,10	30,50
07. Mobiliário, Equip. Domestico e Manutenção	9,47	14,07	13,45	6,00	8,72	13,77	15,47	16,152	17,545	20,07	24,54	22,40
08. Lazer, Recreação e Cultura	38,73	1,01	0,90	0,79	0,92	1,32	1,48	2,119	2,774	6,32	9,97	14,61
09. Transportes	36,62	30,03	22,97	17,63	19,74	20,37	16,73	16,694	19,185	20,88	24,44	20,94
10. Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis	67,29	15,57	15,57	2,07	2,07	3,63	3,63	3,629	3,629	2,78	2,94	8,48
11. Comunicações	26,25	20,36	20,91	17,85	18,25	18,11	22,82	25,414	25,822	27,71	26,73	22,60
12. Serviço de Educação	50,12	34,02	27,54	17,29	18,02	16,55	18,83	22,540	24,680	28,35	29,68	28,12

Fonte: INE

Anexo 2 – Indicadores Monetários e Cambial

INDICADORES	2018			2019			2020			2021		
	Jun	Set	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
	TAXA DE CÂMBIO (MÉDIA)											
AOA/USD	248,3	296,4	308,6	340,3	378	482,2	578,9	620,1	656,2	625	646	599,168
AOA/EUR	288,9	343,6	353	387,4	412,8	540,8	648,9	726,2	805,1	733,1	767,9	693,208
	TAXA DE JURO CRÉDITO (181 D A 1 ANO. %)											
EMPRESAS												
MOEDA NACIONAL	22,31	22,06	33,81	17,67	20,14	22,07	19,83	16,62	13,53	14,94	18,14	21,06
MOEDA ESTRANGEIRA	n.d.	n.d.	14	n.d.	12	10	10	10	10	n.d.	10	10
PARTICULARES												
MOEDA NACIONAL	20,28	18,79	20,51	20,51	19,11	19,83	17,25	19,7	20,03	18,73	21,37	23,38
MOEDA ESTRANGEIRA	n.d.	n.d.	14	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	TAXA DE DEPÓSITOS (181 D A 1 ANO. %)											
MOEDA NACIONAL	8,2	5,55	8,23	8,75	6,27	8,83	9,87	8,3	8,7	9,31	8,76	9,53
MOEDA ESTRANGEIRA	2,37	2,43	2,26	1,78	2,07	1,78	1,66	3,69	1,76	1,22	1,35	1,17
	AGREGADOS MONETÁRIOS (USD)											
M1	3 808,10	3 868,80	4 089,10	4 294,10	4 375,90	4 939,40	5 407,70	5 610,00	6 345,10	6 246,00	5 872,50	5 995,21
M2	7 323,40	7 691,50	7 844,40	8 180,50	8 730,80	10 214,30	10 896,40	11 692,90	12 697,70	12 437,70	12 445,00	12 226,51
M3	7 328,50	7 696,90	7 853,80	8 186,80	8 737,50	10 219,10	10 901,10	11 697,80	12 702,50	12 442,60	12 449,80	12 231,39
	TAXA LUIBOR (FIM DE PERÍODO, %)											
O/N	21,94	16,44	16,75	14,91	14,39	22,48	15,38	12,5	9,75	5,38	15,91	17,42
30 DIAS	19,24	16,43	16,81	15,3	14,55	19,53	14,85	13,73	11,92	9,75	15,71	18,91
90 DIAS	20,02	17,04	17,09	15,69	14,69	19,66	15,2	14,13	12,5	12,35	16,28	19,88
180 DIAS	21,01	17,82	17,35	15,86	15,28	19,19	16,2	15,35	13,66	14,08	17,39	21,4
270 DIAS	21,96	18,21	17,82	16,49	15,67	19,24	17,16	16,48	14,78	15,32	18,52	23,12
360 DIAS	22,87	18,78	17,99	17,01	16,36	20,55	18,06	17,5	15,5	16,14	19,53	23,37
TAXA BÁSICA (FIM-DE-PERÍODO, %)	18	16,5	16,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	20	20
TAXA INFLAÇÃO (FIM-DE-PERÍODO, Y/Y, %)	20,16	19,22	18,21	16,94	16,08	16,9	22,62	23,82	25,1	24,77	25,32	26,57
RESERVAS INTERNACIONAIS (USD)	13 381,20	11 943,40	10 646,10	16 024	15 346	17 211	15 577	15 413	14 859	14 931	15 143	16 385
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (MB/D)	1,44	1,51	1,49	1,41	1,4	1,41	1,22	1,21	1,15	1,16	1,12	1,1

Fonte: BNA, OPEP, INE



15. Anexos

Anexo 3 – Evolução das Importações da Cesta Básica

Produtos	Iº Semestre 2020		IIº Semestre 2020		Iº Semestre 2021		Var. Homóloga		Var. semestral	
	Tonelada	FOB	Tonelada	FOB	Tonelada	FOB	Toneladas	FOB	Toneladas	FOB
Arroz	270 275	153,1	297 543	181	193 970	76,4	-28,23%	-50,10%	-34,81%	-57,79%
Óleo de palma	98 921	98,5	138 367	127,8	60 917	62,4	-38,42%	-36,65%	-55,97%	-51,17%
Açúcar	11767	49,2	138 079	73,7	103 617	57,9	780,57%	17,68%	-24,96%	-21,44%
Óleo alimentar	38 862	46,4	42 450	46,4	36 274	47,1	-6,66%	1,51%	-14,55%	1,51%
Feijão	18019	22,3	15 031	19,7	12 427	13,7	-31,03%	-38,57%	-17,32%	-30,46%
Farinha de Trigo	360 133	89,6	133 872	60,5	31 401	12,8	-91,28%	-85,71%	-76,54%	-78,84%
Farinha de milho	110902	40,2	78 958	26,7	39 329	11,4	-64,54%	-71,64%	-50,19%	-57,30%
Leite em pó	893	1,9	642	2,6	521	2,4	-41,66%	26,32%	-18,85%	-7,69%
Massa Alimentar	79222	36,3	37 792	17,3	4 855	2,4	-93,87%	-93,39%	-87,15%	-86,13%
Carne Seca	205	0,9	210	1,4	325	1,7	58,54%	88,89%	54,76%	21,43%
Sal	7 038	1,1	23 421	2,4	7 422	0,7	5,46%	-36,36%	-68,31%	-70,83%
Sabão	417	0,5	771	0,6	57	0,1	-86,33%	-80,00%	-92,61%	-83,33%
Total	1 102 565	540	907 136	560,3	491 114	288,9	-55,46%	-46,50%	-45,86%	-48,44%

Fonte: BNA

Anexo 4 – Indicadores Económicos de Países da África Subsariana

	PIB (%)		Taxa de inflação		Saldo fiscal (% PIB)		Dívida governamental (% PIB)		Oferta Monetária (% PIB)		Conta Corrente % PIB (%)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
ANGOLA	-5,4	-0,7	22,3	24,4	-1,9	3,2	103,7	90,8	37,6	31,1	1,5	7,3
ÁFRICA DO SUL	-6,4	5,0	3,3	4,4	-10,8	-8,4	69,4	68,8	74,6	72,7	2,0	2,9
BOTSWANA	-8,5	9,2	5,8	5,0	-9,9	-5,0	22,8	27,2	52,0	50,3	-4,0	-1,9
CAMARÕES	-1,5	3,6	2,4	2,3	-2,8	-1,5	45,8	45,8	27,2	28,8	-3,7	-2,8
CONGO	-8,2	-0,2	1,8	2,0	-1,2	1,5	101,0	85,4	36,4	41,1	-0,1	12,1
REP. DEM. CONGO	1,7	4,9	11,4	9,4	-2,1	-1,7	15,2	11,9	20,7	21,1	-2,2	-2,1
GANÁ	0,4	4,7	9,9	9,3	-15,7	-14,5	78,9	81,5	31,4	33,0	-3,1	-2,2
ILHAS MAURÍCIAS	-14,9	5,0	2,5	5,1	-11,9	-9,0	96,9	101	163,7	185,5	-12,6	-18,6
MOÇAMBIQUE	-1,2	2,5	3,1	6,2	-5,1	-7,3	128,5	133,63	43,5	43,4	-27,2	-34,0
NAMÍBIA	-8,0	1,3	2,2	4,0	-9,4	-9,8	65,3	69,9	70,7	70,7	2,4	-7,3
NIGÉRIA	-1,8	2,6	13,2	16,9	-5,8	-6,1	35	35,7	25,7	25,2	-4,0	-3,2
QUÊNIA	-0,3	5,6	5,2	6,0	-8,1	-6,7	67,6	69,7	37,0	37,0	-4,4	-5,0
TANZÂNIA	4,8	4,0	3,3	3,2	-1,8	-3,3	39,1	39,7	21,3	21,6	-1,8	-3,2
ZÂMBIA	-3,0	1,0	15,7	22,8	-12,9	-8,5	128,7	101,0	29,3	29,9	10,4	13,5
ZIMBABWE	-4,1	5,1	557,2	92,5	1,7	-0,0	86,1	54,0	18,1	18,9	5,8	4,9

Fonte: FMI



Outras Publicações

NEWSLETTER
DAILY

NEWSLETTER
OIL & GAS

NEWSLETTER
PRIVATE

NEWSLETTER
WEEKLY

NEWSLETTER
CORPORATE

Reporte
**ANGOLA
30 DIAS**

Para ter acesso às Outras Publicações visite:

www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx



Contactos

FALE COM A NOSSA EQUIPA

Anta Bandola
Research Analyst
anta.bandola@atlantico.ao

Joyce Domingos
Research Analyst
joyce.muturi.domingos@atlantico.ao

Wilson Chimoco
Research Analyst
Wilson.sila.chimoco@atlantico.ao

RESEARCH ATLANTICO

E-mail: research@atlantico.ao | Tel: 226 432 445 | 923 169 045

DISCLAIMER:

Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any asset herewith described or any other asset, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the assets mentioned above. This document should not be used to evaluate the assets herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. The recommendations are for internal use only and may be changed without prior notice. The opinions expressed are the sole responsibility of the authors, reflecting only their views and may not coincide with the position of ATLANTICO in the referred markets. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any asset mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.

